

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CCGT - CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CAMPUS DE SOROCABA
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUIZ PEREZ

**SYRIZA E GERINGONÇA: POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL FACE À
CRISE FINANCEIRA DE 2008**

SOROCABA-SP

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CCGT - CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CAMPUS DE SOROCABA
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUIZ PEREZ

**SYRIZA E GERINGONÇA: POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL
FACE À CRISE FINANCEIRA DE 2008**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Ciências em Gestão e
Tecnologia da Universidade Federal de São
Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do grau
de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientação: Prof. Dr. José Marcos Nayme
Novelli

SOROCABA-SP

2018

LUIZ PEREZ

**SYRIZA E GERINGONÇA: POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL
FACE À CRISE FINANCEIRA DE 2008**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Ciências em Gestão
e Tecnologia da Universidade Federal de São
Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do
grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Universidade Federal de São Carlos.
Sorocaba, 26 de Junho de 2018.

Orientador

Pr. Dr. José Marcos Nayme Novelli
UFSCar, campus Sorocaba

Examinador

Pr. Dr. José Eduardo de S. Roselino Júnior
UFSCar, campus Sorocaba

Examinador

Dr. Antonio Carlos Diegues Jr.
Unicamp

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu a Roque Perez meu Pai, por ter sido aquele que me fez despertar o desejo de um dia de me tornar economista e me ensinou a sonhar com um Brasil desenvolvido. Muito Obrigado!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a meus pais Roque e Cida e a toda minha família por terem me proporcionado inspiração e oportunidade de ingressar e cursar o Ensino Superior.

Agradeço também a todos aqueles responsáveis pelo Ensino Superior público gratuito e de qualidade. Sem eles inevitavelmente o meu acesso ao ensino de excelência teria sido muito mais difícil. Considero-me privilegiado por tudo que usufruí, e faço votos para que no futuro, ser brasileiro signifique pertencer a numa nação onde isto não seja mais um privilégio e se torne um direito universal na sua forma mais plena.

Gostaria de agradecer à todos profissionais da comunidade UFSCar: Faxineiros, Merendeiras, Técnicos administrativos, e todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que nossa período de estudo fosse um ambiente melhor.

Não posso deixar de agradecer também pela oportunidade de ter conhecido pessoas maravilhosas que sempre estiveram dispostas a me ajudar estiveram presentes nos momentos bons e ruins. Sem vocês meus amigos eu também não teria chegado até aqui. Serei eternamente grato pelo carinho de todos os meus colegas por terem me concebido a honra de ter sido o orador da turma 013. Em especial, gostaria de agradecer a meu grande amigo Thomaz Bernardi que foi meu companheiro de casa e de prosa ao longo de quase todo curso.

Por último e não menos importante gostaria de agradecer ao meu professor, orientador e amigo Marcos Novelli, aos professores José e a todos os professores que sempre se demonstraram generosos e prestativos na arte do ensinar e em nos ajudar a realizar nossos objetivos. Vocês plantaram em mim o sonho de um dia também me tornar professor.

Muito Obrigado!

RESUMO

PEREZ, Luiz. SYRIZA e GERINGONÇA: Políticas de ajuste estrutural face à crise financeira de 2008.2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em ciências econômicas) – Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia (CCGT), Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2018.

A presente pesquisa elabora uma revisão de bibliográfica a partir do estudo das políticas de ajuste estrutural adotadas na Grécia pela Coalizão de Esquerda Radical (SYRIZA) e em Portugal pela aliança entre o Partido Socialista e os partidos de minoria de esquerda - originando a Geringonça - cujo objetivo comum era para pôr fim ao sistemático ajuste neoliberal proposto pelos memorandos da TROIKA. O trabalho consiste em uma breve discussão sobre a crise de 2008 indicando quais foram as estratégias de reação a esta crise pelos partidos políticos nos casos de Portugal e Grécia, traçando paralelos entre as duas experiências e apresentando conclusões sobre os resultados obtidos em ambos os casos. De acordo com os resultados observados, podemos concluir que apesar de semelhantes em alguns aspectos, Grécia e Portugal dispunham no período analisado de estruturas e conjunturas políticas distintas frente aceitar ou não as imposições das medidas de austeridade. Estas diferenças foram determinantes para que o estudo pudesse determinar que a experiência portuguesa com a Geringonça foi mais exitosa quando comparada ao caso grego.

Palavras-Chave: Economia Política. Grécia. Portugal. SYRIZA. Geringonça. Austeridade.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The present research is a literature review based on the study of the structural adjustment policies adopted in Greece by the Radical Left Coalition (SYRIZA) and in Portugal by the Socialist Party which composed with the leftist minority parties an agreement break through to the systematic neoliberal adjustment proposed by the TROIKA memoranda giving rise to Geringonça. The work consists of a brief discussion about the 2008's crises, indicating the strategies of reaction by the political parties in the cases of their respective country cases, bearing comparisons between the two experiences and presents conclusions on the results obtained in both cases . According to the observed results we can conclude that although similar in some respects, Greece and Portugal had different political structures and conjunctures during the analyzed period in terms of accepting or not the imposition of austerity measures. These differences were determinant on provide inputs to conclude that the experience of Portugal and the Geringonça was more efficacious then compared to the Greek case.

Keywords: Political Economy. Greece. Portugal. SYRIZA. Austerity Politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alternância de governos dos partidos gregos durante a 3ª República Grega	21
Figura 2 - Evolução do deficit primário anual em percentual do Produto Interno Bruto	25
Figura 3 - Variação do Produto Interno Bruto anual em relação ao ano anterior.....	27
Figura 4 - Evolução do deficit na conta corrente do balanço de pagamentos da Grécia e taxa de câmbio real efetiva da Grécia e Alemanha , índice (2010 = 100)...	28
Figura 5 - Alternância da composição do executivo português desde 1974.....	39
Figura 6 - Evolução do deficit primário português e dívida bruta. Percentual anual. .	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BCE Banco Central Europeu
- BE Bloco de Esquerda
- CDS-PP Centro Democrático Social - Partido Popular
- CE Comissão Europeia
- CEE Comunidade Económica Europeia
- ESM Mecanismo de Estabilidade Económica
- FED Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos
- FMI Fundo Monetário Internacional
- IVA Imposto sobre Valor Agregado
- KKE Partido Comunista Grego
- LIVRE Movimento Por uma Esquerda Livre
- MPT Movimento Partido da Terra
- MTC Mecanismo de Taxas de Cambio
- ND Nova Democracia
- OTAN Organização Tratado do Atlântico Norte
- PASOK Partido Socialista Pan-Helênico.
- PCP Partido Comunista de Portugal
- PEC Programa de Estabilidade e Crescimento
- PEV Partido Ecologista - Os Verdes
- PIB Produto Interno Bruto
- PPP Parcerias Público-Privadas
- PS Partido Socialista (português)
- PSD Partido Social Democrata (português)
- ROZA Esquerda Radical

SYRIZA Coalizão de Esquerda Radical

TROIKA União entre o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia

UE União Europeia

UEM União Econômica Monetária

UME Unidade Monetária Europeia

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

SUMÁRIO	12
1. INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
1.1. JUSTIFICATIVA	16
1.2. OBJETIVO	17
2. DESENVOLVIMENTO	18
2.1 A CRISE DE 2008	18
2.2 GRÉCIA – DA AUSTERIDADE AO SURGIMENTO DA ALTERNATIVA CHAMADA SYRIZA	20
2.2.1 A composição política na Grécia	20
2.2.2 A entrada de Grécia na Comunidade Econômica Europeia	22
2.2.3 A entrada da Grécia na Zona do Euro	24
2.2.4 O Epicentro da crise da dívida Grega.....	26
2.2.5 O surgimento do SYRIZA	28
2.2.6 O primeiro governo SYRIZA e a renúncia de Alex Tsipras	30
2.2.7 As eleições parlamentares de setembro 2015 e a recondução do SYRIZA ao poder	34
2.3 PORTUGAL E A GERINGONÇA – UMA ALTERNATIVA À AUSTERIDADE DA ESQUERDA PORTUGUESA	37
2.3.1 O contexto de Surgimento.....	37
2.3.2 O contexto histórico das organizações políticas em Portugal.....	38
2.3.3 As políticas de austeridade implementadas por governos do PS e do PSD.	40
2.3.4 O descontentamento frente as políticas de austeridade e os reflexos eleitorais.....	42
2.3.5 O resultado das eleições de 2015 no rearranjo político português.....	43
2.3.6 Enfim surgiu a Geringonça.....	46
2.3.7 Os anos da Geringonça no Governo	47
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
4 REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

Desde a crise de 2008, a Europa Ocidental vem mergulhada numa de suas mais profundas crises econômicas dos tempos recentes. De uma forma generalizada, os países-membros da União Europeia e da Zona do Euro vêm enfrentando ao longo dos últimos anos o acirramento da deterioração fiscal. As principais economias da Europa Ocidental vivenciaram, no pós Segunda Guerra Mundial, o advento da expansão social-democracia e o aumento do estado de bem-estar social. A partir de meados da década de 1970, o discurso neoliberal capitaneado sobretudo pela força do capital financeiro, pressiona estes mesmos países pela redução destes direitos adquiridos ao longo dos anos, atribuindo a estas políticas os sucessivos déficits nas contas públicas e as instabilidades econômicas em si.

A Comunidade Europeia e posteriormente a Zona do Euro surgiram com o intuito de evitar um novo conflito bélico na Europa e adotaram políticas para estreitar, facilitar e ampliar as relações de troca entre os países, contribuindo assim para o crescimento econômico sustentável, o ganho de bem-estar geral e a paz. Desde o princípio, a heterogeneidade, no que se refere ao tamanho (territorial e populacional), diversidade (estrutura econômica e social) e grau de abertura, por exemplo, sempre foi um desafio para atingir estes objetivos. Ao aderir a um sistema monetário central, os países-membros perderam sua capacidade de exercer políticas monetárias e cambial para corrigir distorções de competitividade e conter assim resultados desfavoráveis em suas balanças comerciais.

O principal argumento que vai de encontro a este revés – e que foi de fato o que prevaleceu na tomada de decisão principalmente à entrada dos países periféricos como Portugal e Grécia – foi principalmente que, uma moeda forte e única traria ganhos de renda com maior estabilidade no nível de preços, aumentando assim o poder de compra das famílias destes países. Outra premissa positiva desta união monetária que foi muito relevante era que uma moeda única entre os países-membros da zona do euro facilitaria a circulação de pessoas entre os países, favorecendo as economias periféricas que possuem historicamente uma maior dependência em atividades relacionadas ao turismo.

Com o passar dos anos e com as sucessivas crises econômicas, houve um aumento do descontentamento perante a centralização decisória das políticas monetárias regidas pelo Eixo Berlim-Frankfurt/Bruxelas e o Fundo Monetário Internacional. A recessão econômica ligada à crise financeira de 2008, que envolveu todo o continente europeu, coloca principalmente aqueles países mais periféricos da Zona do Euro em situação ainda mais desconfortável. Este

fato deve-se a estes países sofrerem em uma escala maior nos períodos de crise observados constantes déficits no saldo da balança comercial, incremento nos níveis de endividamento público, aumento na taxa de desemprego em escala maior quando comparados à Alemanha e França por exemplo. Somado isso ao acirramento da competitividade em diversos fatores produtivos entre os países-membros da comunidade europeia, faz com que nos últimos anos haja um endosso ao discurso euroceticista por parte dos setores políticos mais radicalizados. Enquanto a Alemanha convive com um de seus mais longevos períodos de hegemonia de poder centralizado na figura política de Angela Merkel, reeleita em 2018 para exercer seu quarto mandato no executivo alemão Países como Grécia, Espanha, Itália¹, e Portugal vivenciam tempos de turbulência e questionamento em seus regimes democráticos e instituições, vendo surgir um emergente avanço de agentes políticos até então marginalizados ou inexistentes e com eles o avanço ao questionamento deste status quo.

Com o objetivo de resolver o problema do aumento do endividamento principalmente nos casos mais graves como Portugal, Espanha, Itália e Grécia, O Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu demonstram-se “voluntariosos” em fornecer aportes financeiros para o contingenciamento da dívida destes países, e propõe na maioria dos casos um “resgate” financeiro a estes países mais endividados. Este resgate nada mais é do que uma nova concessão de empréstimos condicionada a um receituário austero e amargo como contrapartida inquestionável deste acordo. Com o pretexto de reequilibrar as contas nacionais, as medidas de austeridade implementadas têm como objetivo implícito o desmonte do aparato de gastos ligados às políticas públicas como pensões e investimentos em setores como saúde e educação, além de privilegiar eminentemente os interesses do capital financeiro especulativo e sua lógica de valor acionário de curto prazo, que se traduz no endosso a ampla privatização de empresas estatais e na diminuição da presença do estado nos setores produtivos da economia.

Este receituário comum defendido pela TROIKA – denominação que representa a junção das três organizações: FMI (Fundo Monetário Internacional) liderado pela francesa Christine Lagarde, com sede em Washington (EUA); BCE (Banco Central Europeu), com sua sede em Frankfurt (Alemanha); e a CE (Comissão Europeia), com sede em Bruxelas (Bélgica) – é comumente representado pelo discurso do “there is no alternative” ou “não há alternativa”.

¹Desde a crise de 2008 a Itália caminha para seu sexto chefe de executivo.

A agenda de austeridade foi num primeiro momento acatado de forma rigorosa pelos regimes social-democratas² sobretudo em Portugal e na Grécia. A relutância do quadro econômico em demonstrar melhora nos indicadores de crescimento emprego e renda, somado à ineficiência do quadro fiscal em apresentar melhoras na contenção do crescimento do deficit público fizeram resultaram no acirramento da crise por parte destes países. Diante deste contexto, o arranjo institucional eurocentrista vem sendo questionado na mesma proporção que a eficácia do receituário da TROIKA, uma vez que as experiências de países com a adoção de políticas de austeridade não têm demonstrado eficácia na reversão dos quadros de crise nos seus mais diversos aspectos.

O reflexo da imposição de um receituário austero corroeu sobretudo a popularidade política daqueles que mediram esforços para implementá-las. Uma vez que de um modo geral elas se referiam a congelamentos e cortes de gastos públicos em áreas extremamente sensíveis para a sociedade, a demora para a reversão do quadro econômico e a persistência do cenário da crise contribuíram em muito para o acirramento do clima de animosidade entre a opinião pública e os políticos.

Este descontentamento e incompreensão por parte da opinião pública nestes países dá-se pelo fato também da forma como foi conduzida todo este processo. As medidas de austeridade, por mais que chanceladas pelos partidos representantes da sociedade no parlamento e seus partidos políticos, sempre soou nestes países como algo discutido de forma rasa, sem a necessária amplitude principalmente nos impactos que elas causariam a sociedade como um todo. Soma-se também o caráter exógeno do implemento destas políticas aparentava, dado o protagonismo da TROIKA. Este descontentamento culminou no endosso de discursos mais euroceticistas mais radicais, e podemos observar o reflexo da relevância deste discurso quando avaliamos o relevante crescimento do Partido Comunista Português (PCP) e algumas alas do SYRIZA, além de exemplos à direita radical como a Aurora Dourada na Grécia.

Surgiu assim um anseio em busca de alternativas à aqueles que resistiram em dizer que “não há alternativa”, em praticamente todos os países da periferia da Zona do Euro produzindo reflexos inclusive naqueles com maior relevância no processo decisório central da

²Período de alternância de hegemonia de partidos de centro-esquerda e centro-direita iniciado nos anos 1970 em países como Grécia e Portugal e que promoveram relativa expansão e continuidade de políticas de bem-estar social.

união europeia, como o ocorrido na França³ e a ascensão de Emmanuel Macron e a implosão do Partido Socialista Francês. No caso do quarteto formado por Portugal, Itália, Grécia e Espanha, observa-se a ascensão da Geringonça, do Movimento Cinco Estrelas⁴, do SYRIZA, e do Podemos⁵ respectivamente e podemos notar o surgimento de agentes políticos emergentes, fundamentados num discurso de ruptura ao receituário de austeridade e se posicionando principalmente como alternativa, às soluções propostas pelos partidos ou arranjos políticos convencionais.

1.1. JUSTIFICATIVA

O trabalho foi proposto com o intuito de discutir quais foram as estratégias, erros e acertos das experiências observadas com relação às alternativas a políticas de austeridade implementadas durante a crise de 2008 na Grécia e em Portugal. Analisar as experiências destes dois países nos ajuda a entender como se comportam as instituições nacionais perante a pressão de uma correlação de forças hegemônicas externas em torno de garantias de cumprimento de uma agenda neoliberal que beneficia estritamente os interesses do capital financeiro.

A importância do estudo se dá uma vez que o aspecto de vulnerabilidade destes países perante o interesse dos mercados financeiros internacionais e a TROIKA pode ser reproduzida não somente nos países do sul da Europa como também - guardadas as suas proporções – aos países periféricos do hemisfério sul e todos aqueles que exercem de alguma forma interação com estes mercados financeiros.

Outro aspecto que justifica a análise dos casos apostos é o fato de ambos ao pertencerem a Zona do Euro, abdicaram a autonomia decisória referente às políticas cambiais e monetárias, levando à limitação do escopo de mecanismos soberanos para conter problemas relacionados à competitividade e liquidez. Estudar a experiência europeia de unidade de

³Reguarda-se aqui o paralelo restritamente ao aspecto da derrota histórica do Partido Republicano e do Partido Socialista, e o não à contestação em si as políticas de austeridade.

⁴M5S – movimento autointitulado “não-partidário” liderado pelo comediante Beppe Grillo, sem espectro político definido e de cunho populista (Ming, 2012) A crítica à austeridade é o único ponto comum com os outros casos na Europa.

⁵Movimento de esquerda que originou num partido político de mesmo nome e que obteve o segundo maior número de cadeiras na última eleição parlamentar espanhola.

monetária e de desregulamentação e facilitação de fluxo de capitais dentre os países e suas consequências é importante pelo fato de que estas exercem voraz influência na formulação das diretrizes de políticas públicas no resto do mundo inclusive no Brasil.

1.2. OBJETIVO

O objetivo deste estudo será analisar algumas políticas adotadas pela coalizão dos partidos de esquerda portugueses e os partidos de esquerda radical na Grécia para compreender o contexto de questionamento das políticas de austeridade como o cerne das políticas públicas. O trabalho se estrutura a partir de uma breve discussão sobre a crise de 2008, indica quais foram as estratégias de reação a esta crise pelos partidos políticos nos casos de Portugal e Grécia, traça paralelos entre as duas experiências e apresenta conclusões sobre os resultados obtidos em ambos os casos.

A escolha destes dois casos se dá justamente pelo fato de a experiência grega com o SYRIZA ter sido a vanguarda destes questionamentos institucionais ao *status quo* da política na União Europeia, influenciando movimentações similares em outros países como Portugal inclusive. Já o caso português chama atenção pelo fato de apresentar relativo êxito de uma coalizão politicamente imprevisível em adotar uma alternativa ao imposto pela agenda de austeridade da TROIKA, resguardando relativa estabilidade institucional.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A CRISE DE 2008

Para compreender a crise financeira que situam-se os países da Europa é importante primeiro entender ainda que de forma breve as raízes da crise financeira de 2008, que foi a maior crise da história do capitalismo desde a crise de 1929 e quais foram os impactos desta crise na grave recessão das economias do continente europeu.

O crash financeiro de 2008 teve sua origem na crise do mercado hipotecário americano e que desencadeou uma onda de insolvência, afetando em larga escala todos os mercados internacionais. A década anterior foi um período de relativa estabilidade de preços, câmbio, e taxa de emprego, fazendo com que o crescimento econômico fosse impulsionado pela expansão da demanda agregada e baixas taxas de juros. No ano de 2003, a taxa de juros dos títulos federais chegaram ao seu menor patamar em 40 anos, reduzindo os custos hipotecários, o que gerou um boom do mercado imobiliário americano. O aquecimento e a elevação do preço dos imóveis fez com que a demanda por securitização desenvolva-se aceleradamente.

A desregulamentação do setor financeiro permitiu que ofertas de hipotecas fossem oferecidas em mercados mais propensos ao risco, no qual o comprador não tinha a obrigação de se comprometer com um valor de entrada do imóvel nem muito menos comprovar garantias de renda suficientes para honrar seus compromissos financeiros. Segundo (GONTIJO, 2008) as hipotecas do tipo *near-prime* e *subprime* representava 21% do *share* total de hipotecas. As inovações financeiras desenvolveram mecanismos que reduziram as taxas de juros por períodos de 2 a 3 anos com o intuito de dar margem para permitir que os compradores recondicionassem sua posição em cadastros de crédito a fim de terem acesso às taxas menores do tipo prime.

A priori, o boom imobiliário e o mercado de hipotecas não levantaram preocupação, uma vez que do ponto de vista de garantias, o banco poderia tomar a residência do comprador e vendê-la rapidamente num mercado imobiliário aquecido (RAJAN E GLEACHER, 2008, p. 2). O aumento dos preços dos imóveis garantia, portanto, a viabilidade deste tipo de negócio. A medida que os preços começaram a cair, a inadimplência das hipotecas começou a subir, pois as famílias dependiam da valorização de seus imóveis para ter acesso a taxas de juros mais baixas do prime. O aumento da inadimplência das hipotecas fez com que paralelamente as instituições financeiras que haviam segurado estes títulos aumentassem suas provisões, fazendo cair sobre as instituições financeiras as perdas de capital.

A medida que os balanços financeiros das instituições financeiras atreladas ao sistema hipotecário americano foram sendo reveladas em 2007, gerou-se entre as agências de risco um reajuste da nota de investimento destas empresas, gerando assim as primeiras crises de liquidez e fazendo com que as instituições recorressem ao Federal Reserve (FED). A insolvência do setor bancário se alastrou por todo o setor financeiro e teve seu estopim na negativa do FED em fornecer resgate ao banco Lehman Brothers em setembro de 2008:

A crise financeira de 2008 foi a maior da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929. Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira se espalhou pelo mundo todo em poucos meses. O evento mais agudo da crise foi a falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008, após a recusa do Federal Reserve em socorrer a instituição. Essa atitude do Fed teve um impacto tremendo sobre o estado de confiança dos mercados financeiros, rompendo a convenção dominante de que a autoridade monetária norte-americana iria socorrer todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário (OREIRO, 2011).

O efeito fez com que houvesse um abrupto aumento da demanda por liquidez entre os agentes acarretando assim na depreciação generalizada dos ativos financeiros, inviabilizando o acesso ao crédito a todos os setores produtivos da economia. A crise se alastrou rapidamente por todas as economias do mundo, uma vez que a insolvência dos mercados financeiros teve impacto direto na atividade industrial dos países, levando a uma queda no fluxo de investimentos e conseqüentemente em 2009 as economias entraram em recessão.

Com o avanço da crise, as empresas que tinham aumentado seu endividamento encontraram-se em situação de extrema vulnerabilidade. Para conter o avanço da contaminação da crise do sistema financeiro, os governos precisaram adotar políticas monetárias e fiscais anticíclicas a fim de evitar o agravamento do quadro de recessão que começara em 2009. Durante este período nas economias europeias, foi determinada trégua no cumprimento das obrigações do tratado de Maastricht, permitindo que os governos obtivessem autorização para admitir deficits em seus resultados primários em troca de medir esforços em torno de medidas de contingenciamento do quadro recessivo.

A União Europeia, com o intuito de restaurar a confiança dos mercados e estimular uma retomada do crescimento econômico, decidiu então no final de 2008 implementar o Plano de Resgate Econômico Europeu (PREE) com o intuito de dispender investimentos em torno de 5% do PIB em setores com foco na retomada do ambiente de negócios e o aquecimento do mercado de trabalho. Para os países europeus, Iniciava-se assim um longo processo de instabilidade econômica e política.

2.2 GRÉCIA – DA AUSTERIDADE AO SURGIMENTO DA ALTERNATIVA CHAMADA SYRIZA

A Grécia é um país do sudeste da Europa, no sul da península balcânica, com 11 milhões de habitantes dos quais, em 2011, 700 mil representam a população de Atenas, capital e maior cidade do país. Este país teve uma posição de protagonismo histórico por ser considerada o berço da civilização ocidental, exercendo influência na ciência, filosofia, arte e outros aspectos.

O país é membro da união europeia desde janeiro de 1981, se tornando membro da zona do euro em 2001, um ano após a fundação inicial em 1999. Com uma economia voltada para o turismo, comércio e alimentação que representaram um quarto da economia do país em 2016, seguido por dispêndios da administração pública, defesa, educação, saúde humana e atividades sociais (21,0%) e atividades imobiliárias (17,7%) respectivamente (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (US), 2017).

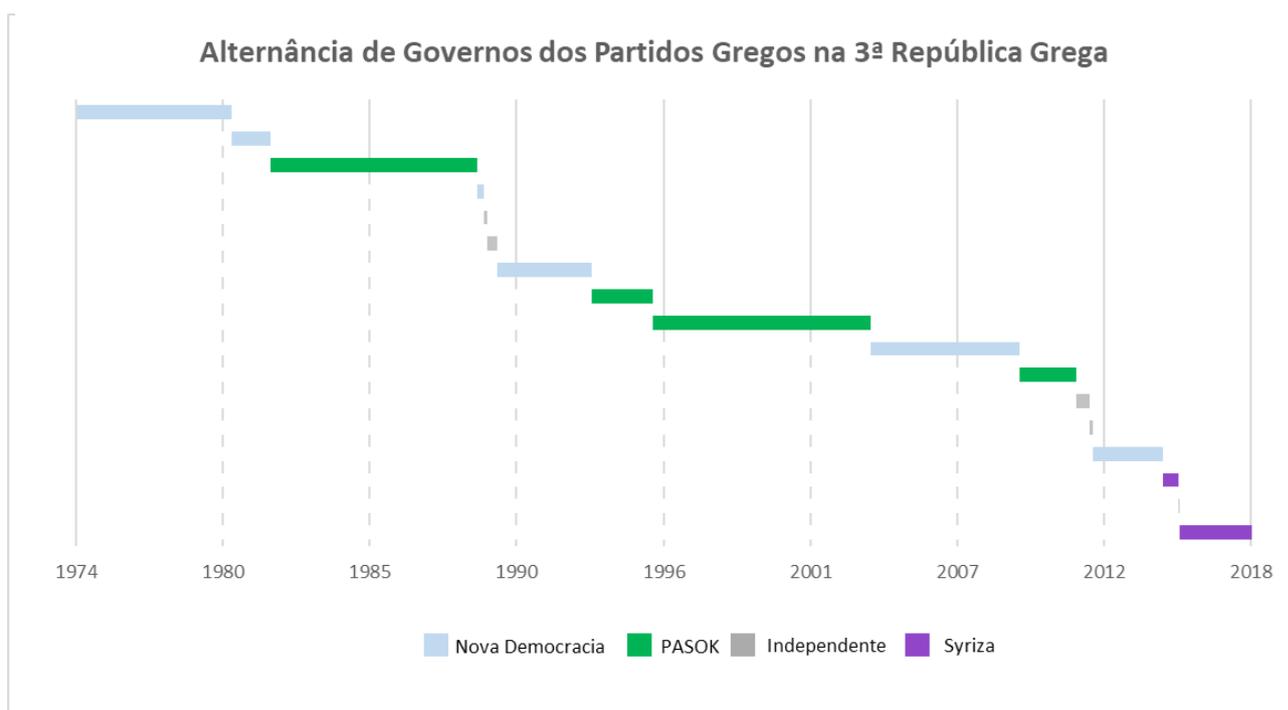
2.2.1 A composição política na Grécia

A Grécia é uma república parlamentarista, no qual o poder executivo é exercido pelo primeiro ministro indicado pelo poder legislativo em um sistema político multipartidário e unicameral. Este sistema político se consolidou desde a restauração democrática em 1974, quando as eleições parlamentares daquele ano puseram fim ao regime ditatorial comandado por uma junta militar ao longo de sete anos anteriores.

Daquele ano em diante, dois partidos políticos comandaram majoritariamente o governo grego até a crise de 2008. A Nova Democracia – Neá Dimokratia de orientação liberal de direita que nasceu com o intuito de ser um partido político mais moderno comparado aos partidos de direita anteriores e liderado pelo Konstantinos Karamanlis que

veio a se tornar, com o sucesso de seu partido nas eleições parlamentares de 1974, o primeiro chefe de gabinete depois da redemocratização da Grécia. O PASOK – Movimento Socialista Pan-helênico de orientação nacionalista foi fundado no mesmo período da Nova Democracia pelo economista e socialista Andreas Papandreou, que posteriormente também ocupou por

Figura 1 - Alternância de governos dos partidos gregos durante a 3ª República Grega



três vezes o cargo de primeiro-ministro grego.

Elaboração própria. Fonte: (THE PRIME MINISTER, 2018)

As eleições parlamentares definem qual coalizão comandará o executivo. Das 300 cadeiras do parlamento, 250 são preenchidas pelo voto direto. O partido ou coalizão que obtiver maior parcela dos votos válidos no pleito, detêm as 50 cadeiras restantes. O presidente não lidera o executivo como em regimes presidencialistas. Possui a atribuição de cancelar a formação de novos governos e a posse do primeiro-ministro, autorizar ou não plebiscitos, além de outras atribuições menores que as do chefe do executivo. Eleito pelo parlamento para um mandato de 5 anos com possibilidade de reeleger-se apenas uma vez, o candidato para ser empossado precisa do apoio de no mínimo 180 parlamentares (três quintos do total das cadeiras) (Parlamento Helênico, 2018).

2.2.2 A entrada de Grécia na Comunidade Econômica Europeia

É importante aqui contextualizar de forma breve a entrada da Grécia na então CEE (Comunidade Econômica Europeia) para compreender os arranjos posteriores e os reflexos dessa tomada de decisão. A entrada da Grécia no contexto histórico caracteriza-se como ponto chave pois após sua entrada, Posteriormente, Espanha e Portugal decidiram também aderir à CEE.

O contexto geral da entrada da Grécia na CEE não deve ser visto apenas como uma estratégia pontual. Segundo Karamouzi (2014), o alargamento da Comunidade compreende uma tendência de expansão econômica, política, social e institucional vivida pela Europa nos anos 1970. Período este que caracterizou-se como uma era de transição.

No que se refere à transição, o mesmo vale para a Grécia que durante o período de adesão à CEE vivia um processo de fim de regime ditatorial-militar e de redemocratização, com o rearranjo das forças políticas locais e o surgimento de agentes políticos que mais tardar seriam os protagonistas na democracia grega.

O desafio de incluir um país como a Grécia totalmente na comunidade europeia se dava pelos seguintes pontos: em comparação aos outros 9 membros anteriores, o país era naquele momento a economia mais pobre dentre os países-membros. Além disso a Grécia estava em posição de desvantagem no aspecto institucional de suas organizações civis administrativas, quando comparadas aos padrões dos outros países-membros. Somado a isso, existiam ressalvas a serem feitas em torno de admitir a entrada da Grécia e o impacto desta no conflito direto que a Grécia tinha naquele momento com a Turquia, dado a invasão do país vizinho às ilhas no Chipre.

Por último, Karamouzi (2014) observa que a adesão da Grécia, com suas características faria com que um “não” a entrada dos países ibéricos se tornasse praticamente impossível, dado o contexto semelhante, principalmente em questões como a redemocratização uma vez que estes países também caminhavam para uma transição de regimes ditatoriais para regimes democráticos. A entrada destes países tornaria uma lei de agricultura unificada dentre os países-membros algo mais distante de se realizar, uma vez que estes novos membros contribuiriam ainda mais no acirramento das diferenças produtivas deste setor econômico.

Prevaleceu sobre as incertezas o anseio de construir na adesão da Grécia uma experiência de evolução da capacidade do bloco em exercer maior relevância no cenário

internacional e contribuindo assim também para o avanço de uma promessa de uma Europa mais integrada e para os países do sul da Europa um elemento crucial em prol da transição democrática. Em 1976 Portugal e Espanha também foram aceites no bloco.

2.2.3 A entrada da Grécia na Zona do Euro

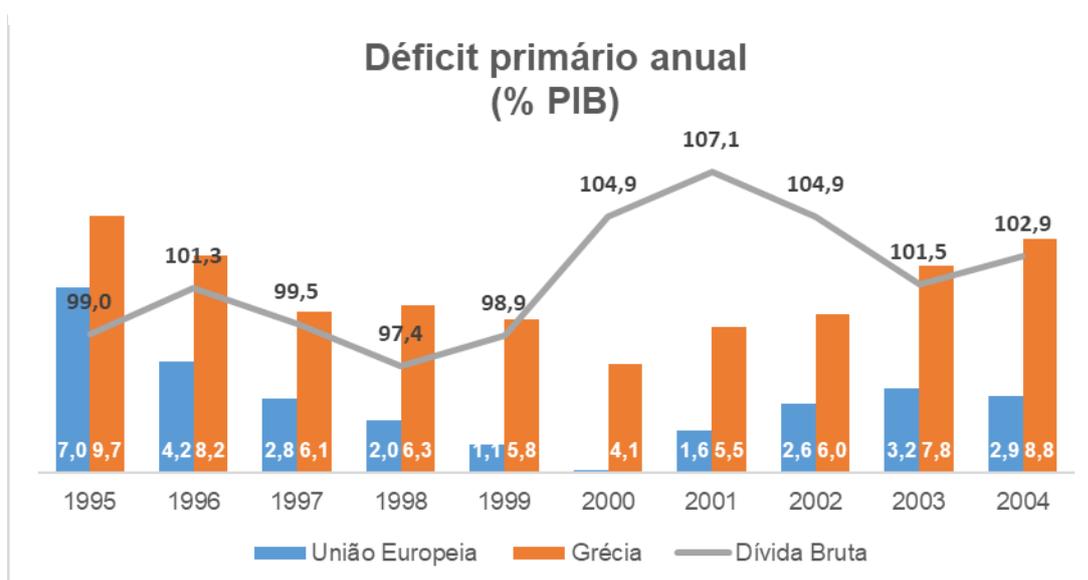
A Zona do Euro nasceu em 11 de janeiro de 1999 em substituição à Unidade Monetária Europeia (UME)⁶. Este mecanismo englobava o sistema monetário europeu que consistiu numa média ponderada entre as taxas de câmbio das moedas dos países signatários do tratado. Um mecanismo de banda cambial foi estipulado também respeitando estes mesmos parâmetros a fim de controlar as taxas de câmbio dentre as moedas. Além dos parâmetros relacionados à política cambial. Para atingir tal objetivo, os países precisaram demonstrar comprometimento na missão de cumprir as metas necessárias de seus indicadores econômicos e controle das políticas fiscais. Os maiores desafios estavam no controle do nível de preços e uma redução no deficit fiscal para fazer com que a economia grega os critérios do tratado de Maastricht⁷, que estabelece um patamar de 3% de máximo de deficit público anual.

⁶UME - Em 1971 os Estados-membros da UE deram início a um acordo de redução de flutuações cambiais com o intuito de criar viabilidade para uma união monetária. Uma onda de choques geraram instabilidades cambiais nos países membros, adiando assim o objetivo deste acordo. em 1979 surgiu então o Sistema Monetário Europeu, predecessor do Euro. (European Commission, 2018)

⁷Tratado de Maastricht – A presidência da comissão europeia estabeleceu em 1991 três critérios de convergência para uma moeda única dos países do bloco sendo elas: (i) estabelecimento da livre circulação de capitais; (ii) preparação do sistema bancário para a convergência do sistema bancário com o futuro Banco Central Europeu (iii) fixar taxas de câmbio e preparar para a entrada na Zona do Euro MTC. (European Commission, 2018)

A política econômica era moldada pelas articulações sobre a entrada do país na União Econômica e Monetária (UEM), predecessora do que mais tarde se tornaria a Zona do Euro tendo a crença de que assim a economia grega convergiria para o mesmo padrão de riqueza dos países europeus caso tivesse êxito em suas ambições. Era sabido que o esforço para alcançar este tão ambicioso objetivo durante o curto espaço de tempo que o país tinha para se adequar às condições de elegibilidade diante do crivo do núcleo duro da EU.

Figura 2 - Evolução do deficit primário anual em percentual do Produto Interno Bruto



Elaboração Própria. Fonte: (COMISSÃO EUROPEIA, 2017)

Apesar dos indicadores terem apresentado resultados positivos quanto à redução do deficit fiscal e da dívida bruta, os resultados ainda não atingiam os patamares exigidos pela então UEM. Mesmo assim, o relatório do congresso da CE de maio de 2000 reconheceu os esforços feitos pelo país na busca pelo cumprimento das metas e aprovou a adoção do euro pelo país dado progressos na convergência, concluindo que o país tinha atingido o “alto nível de sustentabilidade e convergência” (Comissão de Convergência - COM, 2000):

Em 1998, a moeda grega (Dracma) já tinha entrado no mecanismo de taxas de câmbio (MTC). como processo de convergência para a implementação do Euro. O governo grego utilizou de procedimento de ancoragem do Dracma, mantendo os níveis das taxas de juros praticadas a patamares bem maiores aos níveis de países como Alemanha. Vale ressaltar também a relevância do Banco Central Alemão na composição do processo decisório deste

mecanismo. Segundo (Mendonça, 2004) a fixação das taxas de câmbio num patamar fixo impediu que a moeda alemã se apreciasse em relação às moedas aderentes do mecanismo.

Nos primeiros anos, os benefícios da adesão da Grécia à nova moeda foram visíveis. Gibson, Hall, & Tavlas (2012) afirmam que: (i) a adoção da nova moeda permitiu o surgimento de maior previsibilidade de preços dado a redução da inflação; (ii) o ambiente de inflação baixa e as reduções associadas nas expectativas de inflação e taxas de juros nominais contribuíram para o alongamento dos horizontes econômicos, incentivando empréstimos com prazos mais longos, estimulando o investimento privado e o crescimento econômico. Somado a isso, um ambiente com nível de preços mais estabilizados permitiu uma redução na taxa de juros, fazendo assim com que o setor público obtivesse maior margem para o cumprimento de superávits nas contas.

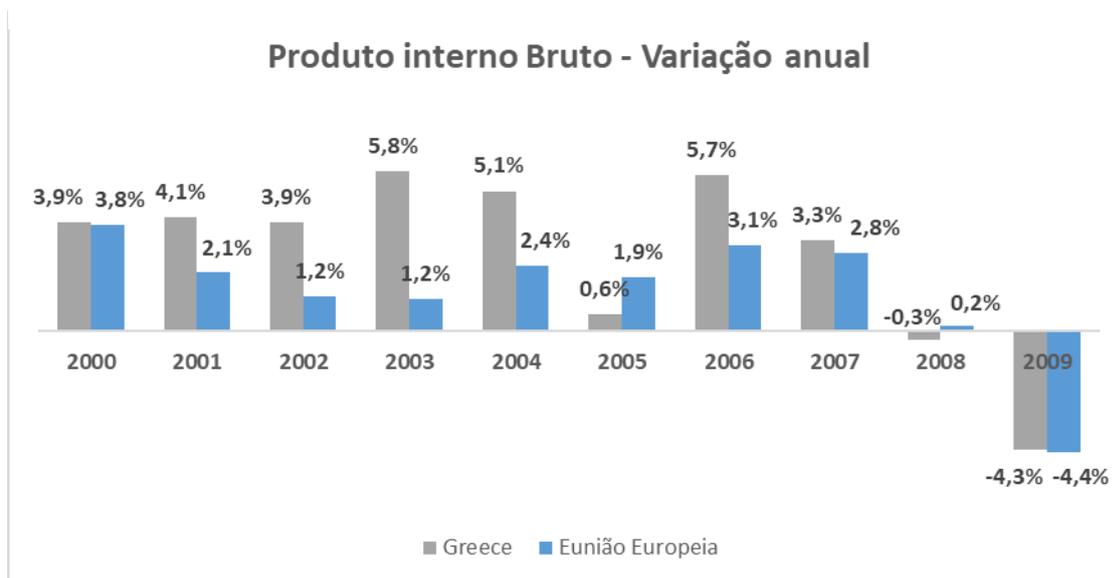
2.2.4 O Epicentro da crise da dívida Grega

Com a entrada da Grécia na Zona do Euro em 2001, houve conseqüentemente uma drástica redução do custo de importações de produtos e serviços diante aos outros países da Zona do Euro. A ausência de competitividade perante o produzido fora daqueles países conduziu a Grécia a um incremento substancial no volume transacional com os países do centro da zona do Euro e a sucessivos resultados deficitários na Balança comercial. O país passou assim a cada vez mais consumir mais do que produzia, elevando significativamente seu grau de endividamento.

A crise de 2008 trouxe à tona uma forte recessão internacional e o impacto foi ainda mais forte nos países da periferia da Zona do Euro. Somado a isso, a descoberta de que o governo grego negligenciou neste mesmo período os resultados dos indicadores macroeconômicos que apontavam para um panorama ainda mais grave da crise da dívida grega.

Segundo o primeiro relatório do Programa de Ajuste Econômico para Grécia, elaborado pelo FMI em 2010, o crescimento econômico grego na última década foi sustentado por diretrizes econômicas insustentáveis ao longo prazo. O país teve um crescimento real segundo dados do relatório numa taxa de 4% ao ano, enquanto a média dos países do bloco foi de 2%

Figura 3 - Variação do Produto Interno Bruto anual em relação ao ano anterior

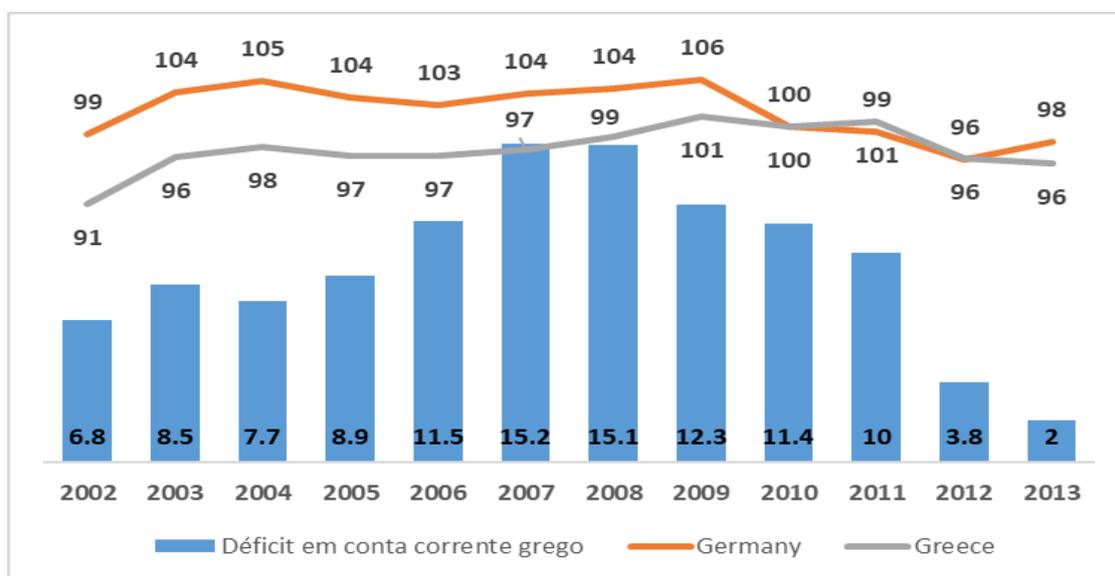


Elaboração Própria. Fonte: (COMISSÃO EUROPEIA, 2017)

Este crescimento acelerado justifica-se segundo (Comissão Europeia, 2010) o relatório pelas quedas nas taxas de juros em decorrência da adoção da nova moeda e desregulamentação do setor financeiro, acarretando num grande expansão de demanda interna. O crescimento dos poder de compra dos salários resultou num aumento significativo do custo de unidade de trabalho em comparação ao período anterior a entrada na Zona do Euro, fazendo assim com que ocorresse o fenômeno de erosão de competitividade externa. No mesmo período a taxa de câmbio real efetiva⁸ da Grécia sofreu uma forte apreciação, contribuindo assim para o aumento do déficit da balança comercial.

⁸Taxa de câmbio efetiva real (REER – sigla em Inglês) visa avaliar a competitividade de preço ou custo de um país em relação aos seus principais concorrentes nos mercados internacionais. Mudanças na competitividade de custos e preços dependem não apenas dos movimentos da taxa de câmbio, mas também das tendências de custo e preço. O REER específico para o Procedimento dos Desequilíbrios Macroeconômicos é deflacionado pelos índices de preços ao consumidor relativos a um painel de 42 países (pesos de exportação duplos são usados para calcular as REERs, refletindo não apenas a concorrência nos mercados internos dos vários concorrentes, mas também a concorrência mercados em outros lugares).

Figura 4 - Evolução do deficit na conta corrente do balanço de pagamentos da Grécia e taxa de câmbio real efetiva da Grécia e Alemanha , índice (2010 = 100)



Elaboração Própria. Fonte: (COMISSÃO EUROPEIA, 2017)

2.2.5 O surgimento do SYRIZA

O SYRIZA – que em português pode-se traduzir por Coalizão de Esquerda Radical – surgiu como um partido político oriundo da junção de diversas correntes políticas minoritárias radicais de esquerda que, em 2004, uniram-se para disputar as eleições legislativas do parlamento grego. A coalizão destas correntes surgiu em 2001, ainda em forma de fórum, dentro de um contexto comum, no qual estas correntes propunham discutir o posicionamento diante das reformas neoliberais nas pensões e benefícios, da aprovação de leis antiterrorismo e da discussão sobre a recomposição do cenário europeu com o novo contexto grego diante da entrada deste país na Zona do Euro.

A conferência dos representantes da “Área de Diálogo e Ação Conjunta da Esquerda”, que ocorreu em maio de 2001, tinha o objetivo de “criar uma estrutura de diálogo organizada que pudesse unir pessoas que traçaram diferentes caminhos políticos no passado, mas que compartilham da mesma angústia no presente”. (Espaço de Diálogo para a Unidade e Ação

Comum da Esquerda, 2001) O texto organizado pelo fórum permite apontar quais questões pautavam as convergências de discurso, como o financiamento estatal do sistema de seguridade social, a ampla universalização do acesso aos serviços, o patamar das remunerações salariais abaixo dos níveis da década de 1980.

Em diversas intervenções realizadas durante o fórum fica nítida a preocupação com o resultado das eleições parlamentares italianas, onde a coalizão de direita liderada por Silvio Berlusconi havia ganho as eleições gerais daquele ano. O crescimento desta preocupação somado ao descontentamento com o que eles chamavam de “fracasso das políticas conservadoras do PASOK” pode ser considerada o fator catalisador do avanço das conversas entre os partidos de esquerda.

Algumas alianças regionais nas eleições de 2002 precederam a formação nacional do SYRIZA no pleito legislativo de seu surgimento, o que contribuiu para o movimento de unidade destas correntes radicais em torno de um projeto político centralizado e que pudesse ser competitivo como alternativa ao proposto pelos partidos convencionais.

O SYRIZA é composto pelo Esquerda Radical ROZA e Cidadãos Ativos, de ideologia socialista, Grupo político Anticapitalista, Organização Comunista da Grécia, Plataforma Comunista, Esquerda Operária Internacionalista, Movimento de Unidade Ação de Esquerda e Vermelho, de orientação comunista, além dos partidos de orientação socialista-democrática, representada pelo majoritário Synaspismós, Novo Lutador e os Radicais. Alguns partidos presentes no fórum de 2001 decidiram por não aderir à estratégia de unidade em torno da legenda, permanecendo no contexto de diálogo porém de forma independente ao SYRIZA. (SYRIZA, 2018)

O contexto político do surgimento do SYRIZA deu-se durante o mais longo período em que o PASOK estivera no poder. Estes quase oito anos foram marcados por um governo central que concentrava seus esforços para o controle do nível de preços e a redução do déficit público para atender assim os critérios do Tratado de Maastricht e garantir assim sua elegibilidade a Zona do Euro e que posteriormente desfrutou de relativa estabilidade econômica dado aos ganhos da introdução da nova moeda e sua maior capacidade de atratividade de investimento externo, produzindo patamares de crescimento em torno de 3,5% ao ano.

O PASOK, sob a liderança de Constantino III Simitis, ex-ministro de indústria e tecnologia de seu antecessor Andreas Papandreou⁹ ao longo destes anos da segunda metade da década de noventa até a primeira metade dos anos 2000 passou assim caracterizado por possuir uma agenda reformista-neoliberal, sustentada por um discurso ao agrado do mercado financeiro e aos seus interesses através da justificativa de que as políticas públicas eram pautadas pela estabilidade econômica. Este distanciamento de uma agenda mais progressista e das bandeiras mais ligadas à esquerda radical abriu campo para o surgimento de novos agentes no campo da esquerda.

De seu surgimento até a escalada à primeira chegada de Alex Tsipras ao poder em 2015, o SYRIZA adotou então um discurso fortemente oposicionista à agenda política neoliberal capitaneada pelos governos tanto do PASOK quanto da Nova Democracia. Segundo Mavrozacharakis, Kotroyannos, & Tzagkarakis (2017), o partido usufruiu de três principais aspectos para emergir politicamente: (i) a existência de fragilidades estruturais crônicas nos partidos políticos hegemônicos da época; (ii) a ineficácia de governos anteriores em promover reformas necessárias com disposições sociais reais para a criação de regras modernas de sustentação do estado-previdência; (iii) a insensibilidade dos memorandos da TROIKA e do FMI em admitir abrandamentos ou formas alternativas de atingimento dos resultados fiscais fizeram com que a margem para o contingenciamento deste desgaste social causado pelos ajustes não pudesse ter sido feito, gerando maior descontentamento por parte da sociedade com aqueles que ratificaram estas políticas.

2.2.6 O primeiro governo SYRIZA e a renúncia de Alex Tsipras

Nas eleições de 2012, a Grécia era governada novamente pelo PASOK, sob a liderança de George Papandreou, filho e herdeiro político de Andreas Papandreou. Governo este iniciado no epicentro da crise internacional, que tinham atingido o país de maneira muito forte. O país apresentava, historicamente, resultados já preocupantes com relação ao nível da dívida pública. Assim que o primeiro-ministro assumiu o comando do executivo, anunciou que o déficit previsto para o ano de 2009 seria de no mínimo 12% do PIB daquele ano, valor este duas vezes maior ao orçado na gestão passada. Com a recessão na zona do euro causada

⁹Andreas Papandreou foi fundador do PASOK e grande líder do partido que governou a Grécia entre outubro de 1993 e janeiro de 1996 quando renunciou ao cargo de primeiro ministro por razões de saúde, vindo a falecer pouco tempo depois em 23 junho de 1996.

pela crise, o país sofreu um rombo em seu deficit externo e, associado a isso, uma disparada na taxa de desemprego, sobretudo sobre a população mais jovem.

Em abril 2010, o ministro das Finanças admitiu publicamente que o governo não seria capaz de honrar com os compromissos dos títulos de 19 de maio, causando furor no mercado financeiro internacional diante desta declaração de insolvência. As agências de risco decidiram rebaixar o status da dívida grega a “junk bonds”, tornando mais grave a situação.

No dia 2 de maio, a Comissão Europeia elaborou um memorando oficializando a utilização do Programa de Suporte a Estabilidade. O programa constituído em conjunto com o FMI consistia na liberação de recursos no volume de 110 bilhões de euros pelo período de 3 anos para que a Grécia fosse capaz de honrar com seus compromissos financeiros. Os recursos deste resgate seriam providos pelos países-membros da Zona do Euro, sendo 30 bilhões disponibilizados já no primeiro ano de resgate. O memorando não entra em detalhes sobre contrapartidas necessárias do Estado grego para contingenciar de gasto público, sendo enfático no endosso às “reformas estruturais” com o intuito de estabilizar a situação econômica e fiscal. Esta contrapartida, ainda segundo este memorando, era imprescindível e culminaria na restauração da segurança financeira do estado. (COMISSÃO EUROPEIA, 2010)

A partir daí, o governo inicia uma agenda de cortes e contingenciamentos de gastos baseados na obtenção de resultados nominais, não levando a consideração a priori o impacto daqueles cortes na economia como um todo. No início de fevereiro, o governo anunciou a lista de cortes que resultariam numa economia de 0,8 bilhões de Euros no resultado primário do governo sendo elas: congelamento dos salários do funcionalismo público e a suspensão da indexação dos subsídios fornecidos; cortes nos subsídios de desempenho dos funcionários públicos; redução em 30% no volume de horas extras entre outras medidas. No âmbito do executivo, foi anunciado um corte de 10% por cento no salário do primeiro-ministro e nos salários e secretários-gerais de todas as pastas do executivo. (ELEFTHEROTYPIA, 2010)

A cifra não era suficiente para resolver o problema e em março foi aprovado no Congresso outro pacote de austeridade. Este cortes nos recursos destinados às datas festivas, cortes nos bônus do setor público, 7% no corte dos salários do setor público e privado além da elevação das alíquotas sobre o imposto sobre o valor agregado (IVA), girando na disponibilização de 4,8 bilhões de euros. O pacote foi aprovado majoritariamente pelos parlamentares do PASOK. SYRIZA, Nova Democracia e outros membros do parlamento se posicionaram contra a aprovação das medidas.

Com maioria no congresso, o governo seguiu assim sua caminhada de desmonte do Estado em troca de trégua do mercado financeiro diante de uma dívida insustentável. O avanço da pauta neoliberal seguiu com 50 bilhões de euros em privatizações, aumento da alíquota do imposto sobre as pensões¹⁰, e a aprovação de reformas trabalhistas. A escalada de descontentamento foi imediata, com o crescimento de protestos de trabalhadores do setor privado e servidores públicos denunciando o ataque aos seus direitos.

A crise fiscal e econômica do país refletiu o quadro no resultado eleitoral, tornando assim o SYRIZA no segundo maior partido do Parlamento em 2012. O resultado foi histórico pois impusera pela primeira vez o PASOK a terceira colocação do pleito, com 33 cadeiras contra 71 cadeiras para o SYRIZA. Naquele momento, pela primeira vez, o SYRIZA passou a ser visto como uma alternativa real de chegada ao poder. Segundo Parouvelais (2016), o partido decide então reformar sua estrutura para poder assim inserir-se definitivamente no establishment político através de um processo de unificação em torno de um único partido. Até as eleições de 2012, apesar de concorrerem em uma chapa única, o SYRIZA era uma coalizão de partidos de esquerda. Ainda segundo Parouvelais (2016) neste período de reestruturação, a cúpula do partido busca compor com nomes mais pragmáticos e já inseridos na política grega e com maior potencial eleitoral em vez de priorizar quadros de dentro do próprio partido. Além destes quadros, foram incorporados pelo partido quadros dissidentes do PASOK, que apesar de não trazer notórios ganhos no resultado eleitoral, tiveram como objetivo de sinalizar a “normalização eleitoral” das práticas do partido diante da opinião pública em geral e aproximando o partido de setores do capital produtivo como o da construção civil e seus executivos regionais. Muitos destes quadros depois compuseram postos importantes no executivo do governo Tsipras.

As eleições legislativas de 2014 foram marcadas pelo impacto do terceiro pacote de resgate. O SYRIZA desta vez já havia passado por reformas estruturais. Kouvelakis (2016), afirma que o partido deixou de se caracterizar pelo amplo debate e realização de fóruns - como costumava nos primórdios do partido - para obter uma orientação pautada no centralismo decisório focado na figura de seu líder, Alex Tsipras o qual não mediu esforços para construir este status. Diante da eminente vitória do partido nas eleições parlamentares em 2015, Tsipras traça uma estratégia voltada a uma agenda “diplomática” com o intuito de obter

¹⁰A alíquota saltou de 4%-10% para 6%-14% para as pensões acima de 1700 Euros, sendo aplicada inclusive a pensões complementares. Os salários também sofreram um aumento na alíquota de contribuição para o fundo de desemprego, variando de 0,5% para 1%. (Kostas, 2011)

aceitação ao seu projeto de poder diante de outros agentes, como militares comandantes das forças armadas e líderes dos meios de comunicação.

Kouvelakis (2016), ainda aponta a importância da presença de Yannis Dragasakis, como o “homem de confiança” do establishment dentro do SYRIZA. Dragasakis já era figura conhecida no meio político grego por ter composto em 1989 com a Nova Democracia sendo ministro da economia daquele executivo mesmo pertencendo ao Partido Comunista Grego (KKE). Possuía trânsito fácil pela elite burguesa, principalmente ligada ao mercado financeiro devido as suas experiências de governo passado. O SYRIZA caminhou assim para chegar ao poder com uma estratégia de sucesso arriscada: de um lado, o discurso ao eleitorado trazia em si promessas de ruptura, questionamento e confronto às políticas de austeridade e os memorandos de Bruxelas e captando ganhos políticos por ter se tornado a principal força de oposição ao governo da Nova Democracia que representava a continuidade do reformismo neoliberal iniciado pelo PASOK. Por outro lado a cúpula do partido já preparava de forma muito pragmática o terreno para uma saída de conciliação e acordo sem rompimento com a doutrina do Mecanismo Europeu de Estabilidade¹¹.

Ao mesmo tempo, não se pode afirmar que o intuito radical do SYRIZA era apenas para ludibriar o eleitorado indignado e concluir sua estratégia de poder. O Ministério das Finanças, por exemplo, era conduzido por Yánnis Varufakis, renomado acadêmico fortemente influenciado pelo marxismo e que defendia abertamente um discurso de confronto com as imposições da TROIKA à Grécia. Varufakis admitiu a existência de um possível plano de contingência para as consequências da saída da Grécia da Zona do Euro, com a constituição de um sistema bancário paralelo (Ewing & Niki, 2015).

O êxito eleitoral do SYRIZA foi enorme nas eleições parlamentares de 2015. Ainda assim o partido não obteve as 150 cadeiras necessárias para formar um governo de maioria. O partido decide então, formar uma peculiar coalizão com um partido populista de direita, que detinha a quantia necessária de dois assentos para a formação do governo.

O prazo para o cumprimento do acordo que vinha sendo negociado ao longo do executivo passado se encerraria em 28 de fevereiro de 2015. Como primeira medida depois da vitória eleitoral, o SYRIZA consegue estender este prazo por mais quatro meses. Perto do final desde segundo prazo, Tsipras anuncia um referendo para consultar o povo grego se o país deveria aceitar as condições impostas pela TROIKA na próxima fase do acordo de

¹¹ESM – Mecanismo Europeu de Estabilidade (sigla em inglês). Órgão relacionado a Comissão Europeia que junto com o FMI negociou os valores de resgate a economia grega e as contrapartidas a serem cumpridas pelo executivo local.

resgate, sugerindo que a população votasse no “não”. O resultado da consulta deu vitória ao “não”, como sugeriu o primeiro-ministro. Quase 62% dos eleitores optaram por não aceitar as condições impostas em troca do resgate.

Andreu (2015, p. 176) ressalta em seu texto para o fato de que o capital financeiro não se importa com a opinião popular, apontando assim para uma dúbia eficácia do resultado do referendo, qual seja, de não contribuir positivamente no alívio da pressão externa para que o governo aceitasse as condições impostas para que a Grécia assinasse um segundo resgate, e que os custos de não colaborar com as imposições da Comissão Europeia poderiam ser muito caros, caso a Grécia optasse por esta saída. Segundo (Andreu, 2015), as experiências de moratória da Argentina e Equador tiveram suas consequências amenizadas por uma série de fatores conjunturais relacionados aos preços das commodities e outros aspectos econômicos que seriam segundo ele, impossíveis de serem replicados no caso da Grécia, podendo levar o país ao completo isolamento.

A tensão ao longo dos dias entre o resultado de referendo e o prazo final para a consolidação do acordo foram permeados pelo aumento da tensão nos mercados e a incerteza de dissolução do caso. No dia 13 de julho, Alex Tsipras anuncia finalmente um acordo com os líderes do Mecanismo de Estabilidade Econômica (ESM) que garantiriam ao país 86 bilhões de euros nos próximos anos, em contrapartida de cortes de gastos públicos e mais aumento de impostos e que o não cumprimento do acordo levaria na saída da Grécia da Zona do Euro. O anúncio do acordo gerou grande insatisfação dentro do próprio partido, pois grande parte dele acreditava que o acordo como melhor solução para o país. Em 14 de agosto, uma apertada votação definiu a aprovação do acordo por parte do congresso. Alguns parlamentares do SYRIZA não seguiram a orientação de aprovar o memorando dada pela cúpula do partido e o governo precisou contar com o apoio de parlamentares da oposição para poder aprovar o projeto.

Diante da rebelião de parlamentares à orientação do partido –dentre eles o Ministro das Finanças Yannis Varoufakis –, em 20 de agosto, Alex Tsipras renuncia do cargo de primeiro-ministro e convoca novas eleições.

2.2.7 As eleições parlamentares de setembro 2015 e a recondução do SYRIZA ao poder

As eleições de 2015 foram marcadas pela alta abstenção da população no pleito. Quase metade do eleitorado decidiu não participar das eleições. O fato de ter sido, se somado o

referendo, o terceiro pleito em menos de nove meses somado ao sentimento de desilusão perante as alternativas de mudança dentro do cenário político do momento. A oposição liderada pela Nova Democracia recentemente saída do poder era ainda incapaz de conduzir um discurso de alternativa eleitoralmente competitivo naquele momento.

O SYRIZA perdeu apenas 3 cadeiras em relação ao último pleito, sendo o fato uma surpresa positiva para o partido, que via no desgaste da aceitação do acordo com a TROIKA um potencial de redução maior de seus quadros no parlamento e uma provável necessidade de negociação maior com partidos de oposição para compor um novo governo. O mercado financeiro chegou a conclusão de que a vitória do partido foi um tanto quanto positiva pois entendia-se que a esquerda radical na oposição poderia tornar o caminho para implementação da agenda neoliberal austera ainda mais complicada. O pleito também foi marcado pelo fortalecimento dos representantes da direita neonazista da Aurora Dourada, que sozinhos conquistaram 7,1% dos votos ficando em terceiro lugar no quadro geral. Prevaleceu a figura carismática do líder do partido Alex Tsipras que teve no sufrágio um voto de confiança para mais quatro anos de governo. O SYRIZA reafirmou sua aliança com a esquerda populista ANEL para conseguir o número limite de 150 cadeiras.

Ao iniciar sua primeira experiência na condução do executivo, o SYRIZA encontrou primeiras dificuldades. A coalizão formada com o Gregos Independentes, grupo político formado por dissidentes radicais do Nova Democracia, demonstra que apesar de ter tido desde sua fundação posicionamento crítico ao pragmatismo político, o partido estava disposto a torná-lo prática. Ao longo do primeiro ano de mandato o governo de Tsipras prosseguiu com algumas reformas neoliberais pautadas pela TROIKA dentre elas a privatização de 49% da estatal do setor de energia, 67% da empresa de administração portuária e 100% da companhia ferroviária estatal. A medida que pode ser considerada mais representativa do descontentamento da opinião pública foi a reforma do imposto social sobre salários e pensões. A proposta de reforma objetivava onerar em 0,5% os empregados e 1% os empregadores. Segundo Ribeiro (2016), a raiz do maior descontentamento com a medida deu-se em razão que a reforma pretendia também unificar os trâmites burocráticos relacionados ao cálculo da alíquota, o que poderia fazer com que o desconto real dos salários em casos como de agricultores e trabalhadores autônomos triplicasse. Somado a isso, o governo também implementou uma sequência de 11 cortes nas pensões fazendo com o valor caísse em até 30%. Um ano após a posse de seu segundo mandato, o SYRIZA enfrentou sua primeira greve geral.

As pensões foram um ponto importante em relação à perda de popularidade do governo perante a sua base social de apoio e também quanto em relação ao desgaste das

relações com a TROIKA. A comissão liderada por Bruxelas não acreditava que os cortes nos gastos realizados naquele primeiro ano eram suficientes e pressionava o governo para ampliar ainda mais os patamares. O SYRIZA se viu assim sua difícil tarefa se tornar mais complicada ainda.

Em junho de 2018, o parlamento grego aprovou as últimas reformas estipuladas pela ESM, que significam cortes em torno de 5,1 bilhões de euros no orçamento anual. Ainda neste mesmo mês, outro aspecto contribuiu para o desgaste do governo de Alex Tsipras, qual seja, o governo admitiu um acordo com o governo da República da Macedônia para findar um conflito entre os dois países referente ao uso deste nome pela ex-república da Iugoslávia, fato que gerou profundo descontentamento frente aos nacionalistas¹². O partido Gregos Independentes admitiu que não iria reconhecer tal acordo e que não ratificaria esta ação no parlamento. Pesquisas de opinião pública já constatam que as intenções de voto para o próximo pleito em 2019 dão uma vantagem de 10 pontos percentuais para a oposição de direita (EKATHIMERINI.COM, 2018)

¹²Os Nacionalistas gregos se recusam reconhecer que a República da Macedônia possa utilizar este nome sob a justificativa de apropriação cultural, uma vez que esses são considerados eslavos da Bulgária e Muçulmanos da Albânia e, portanto, não possuem relação com a cultura helênica. O acordo propõe que o país mude seu nome para República da Macedônia do Norte e, em contrapartida, o governo grego retiraria os vetos à entrada deste país na União Europeia e na OTAN.

2.3 PORTUGAL E A GERINGONÇA – UMA ALTERNATIVA À AUSTERIDADE DA ESQUERDA PORTUGUESA

2.3.1 O contexto de Surgimento

Em 2015 o país completava 4 anos sobre a tutela de Passos Coelho¹³ e uma coalizão de direita cujo objetivo principal neste período foi implementar a todo custo o receituário de austeridade prescrito pela TROIKA . O recente desgaste do último governo do seu principal opositor, o Partido Socialista (PS)¹⁴ fez com que a coalizão tivesse além da maioria para compor o executivo, relativo conforto de ignorar os impactos eleitorais diante da tomada de medidas impopulares. O discurso era de que o “eleitoralismo” não deveria preceder naquele momento a “boa política”.

O processo de implementação de uma agenda radicalmente liberalizante consistia na privatização de serviços públicos como os correios, serviços de transporte, empresa aérea nacional, além de massivos cortes em pensões e do cancelamento de reajustes no salário-mínimo e a flexibilização nas leis trabalhistas. Seguindo a cartilha a risca Portugal se tornou a menina dos olhos do receituário austero sugerido pela trinca CE-BCE-FMI e a oposição naquele contexto acusara o governo português de utilizar-se de um momento de fragilidade para emplacar uma agenda neoliberalizante que transcendia os limites das necessidades. A agenda de austeridade falhou em seu objetivo, seja pelos procedimentos de implementação ou por seus resultados.

O sentimento da população era de que não existia eficácia nas medidas tomadas e principalmente de que o crivo do arrocho não foi o mesmo com setores mais fortes da economia. Mais do que propriamente punir a população portuguesa com a destruição do estado de bem-estar social, as medidas de austeridade não surtiram resultado no seu principal foco: as contas do país. O PIB não apresentou melhora e os gastos do governo e a dívida bruta avançaram. Resultado contrário ao que se esperava com a implementação da agenda liberal. O

¹³Pedro Passos Coelho primeiro ministro de Portugal entre 2011 e 2015 e presidente do Partido Social Democrata entre 2010 e fevereiro de 2018 (PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA - PORTUGAL, 2018).

¹⁴ Partido Socialista de Portugal (PS) – partido de centro-esquerda que adotou medidas de austeridade frente a crise econômica sob o governo de José Socrates (2004-2011). (FREIRE, 2017)

principal fracasso era de que a consolidação destes resultados fez com que o governo se tornasse incapaz de construir um ambiente favorável para retomada do crescimento econômico, perdendo assim o controle sobre as expectativas futuras com relação à saída da crise.

O fracasso no contingenciamento da crise a partir de uma agenda liberal da TROIKA fez com que se acirrasse o descontentamento com o modelo de representatividade política e a carência de alternativas dentro do status quo institucional acaba fazendo com que contrariamente surgisse o aumento do prestígio de figuras consideradas não-políticas. A crise econômica completava assim seu transbordamento e se tornara uma crise política.

O antagonismo da TROIKA em relação aos interesses de grande parcela sociedade civil portuguesa e o insucesso em seu objetivo de estabilização resultou na crescente do discurso euroceticista naqueles que enxergavam a perda de Portugal no processo decisório do próprio país. Freire (2017) pontua que a união europeia que outrora significava civilização hoje contrasta com predicados relacionados a injustiça, cooptação do grande capital. O descontentamento perante o monopólio liberal no sistema político representativo endossou o clamor pela “real democracia” oriundo destas novas formas de organização social e política.

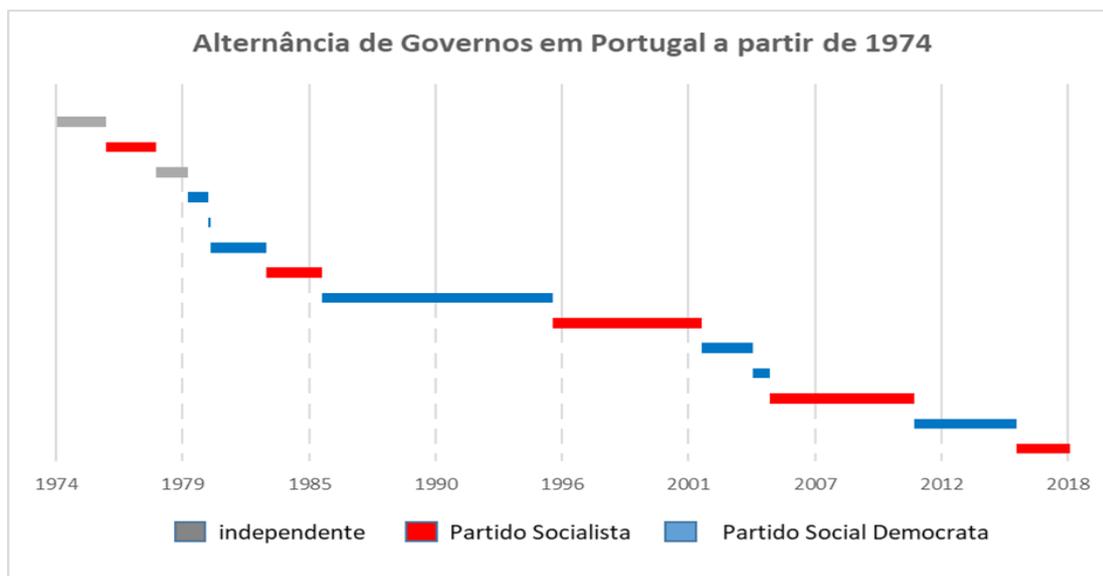
2.3.2 O contexto histórico das organizações políticas em Portugal

Desde a redemocratização em 1975, Portugal adotou um sistema parlamentarista unicameral e multipartidário, no qual o primeiro-ministro é chefe do executivo, sendo eleito por meio do voto indireto pelos parlamentares. O presidente da república é escolhido pelo voto direto em dois turnos, Caso não haja maioria absoluta no primeiro turno, o segundo ocorrerá 21 dias após o primeiro pleito. O presidente detêm o poder de dissolver o parlamento, empossar o primeiro-ministro, vetar medidas aprovadas pelo congresso¹⁵. O primeiro-ministro é convocado a assumir o governo pelo presidente depois de consultar o parlamento sobre a indicação. Tradicionalmente o presidente nomeia para o cargo o líder do partido com maior percentual de votos em cada eleição.

¹⁵O congresso nacional ainda assim possui o poder de derrubada do veto presidencial.

O parlamento possui desde a reforma de 1989, 230 assentos e os parlamentares são eleitos para um mandato de 4 anos, com suas candidaturas postas em lista apresentada pelos partidos. (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2018)

Figura 5 - Alternância da composição do executivo português desde 1974



Elaboração Própria. Fonte: (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2018)

Dados os principais partidos nacionais em Portugal: Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD) são os dois maiores partidos desde a redemocratização e até então os únicos a liderarem o executivo. O Partido Comunista de Portugal (PCP) e o Partido Ecologista - Os Verdes (PEV), preenchem o campo dos partidos minoritários sendo os mais tradicionais entre eles. Entender como se postula este arranjo político é importante para poder explicar os rearranjos atuais.

O PCP congrega os marxistas ortodoxos e postula um posicionamento mais radical perante o pragmatismo político. Historicamente sempre esteve alinhado a uma agenda irreduzível a seus princípios ideológicos e ao longo dos anos sempre teve relativa estabilidade representativa, preenchendo sempre algo em torno de 10% das cadeiras no parlamento nacional. Em 1999 um conglomerado de organizações radicais se junta para dar forma ao Bloco de Esquerda, o BE. Com raízes trotskistas, maoistas e de correntes de comunistas reformistas, o novo partido mantinha o posicionamento crítico com relação ao capitalismo liberal, porém assumindo uma postura crítica também a experiência socialista da URSS e

sendo assim pode ser posicionado entre o PCP – sendo o mais radical – e o PS, mais ao centro. Outro ponto que difere o posicionamento destes dois agentes políticos a esquerda é que o BE possui uma postura mais globalista enquanto o PCP capitula um ímpeto nacionalista.

2.3.3 As políticas de austeridade implementadas por governos do PS e do PSD

O governo de José Sócrates diante do agravamento dos reflexos da crise financeira na economia portuguesa propõe a aprovação de uma série de reformas e elevação de tributos para contingenciar o crescimento do deficit primário e a crescente dificuldade a recursos oriundos de mercados externos dado a hostilidade dos agentes com a crise da dívida grega. O governo apontava que se as taxas de juros dos títulos da dívida alcançassem um patamar acima de 7% ao ano, seria necessário pedir ajuda externa via intervenção da TROIKA.

O Plano de Estabilidade e Crescimento – PEC foi dividido em 4 estágios de reformas e elevações de tributos que o governo julgara necessários para contornar a situação de expansão do deficit fiscal sem necessidade de recorrer a recursos de um pacote de resgate

O governo precisou então referendar o pacote de ajustes junto ao parlamento, condicionando assim a aprovação das reformas à permanência do primeiro-ministro no cargo. O governo do PS foi possuía maioria relativa, por ter no último pleito eleitoral conquistado o maior número de cadeiras no parlamento. No entanto, a oposição composta pelo PSD, CDS-PP, BE e PCP constituía larga maioria e não se mostrou disposta a negociar a aprovação do acordo. Em 23 de maio, a oposição aprovou cinco resoluções de rejeição ao PEC. Dado o impasse político, o primeiro-ministro acusou a oposição de criar propositalmente um ambiente de instabilidade política, renuncia o cargo com o argumento de que a crise política só se resolve com eleições e que caberia ao povo decidir sobre o futuro do país. O PS acusou o líder do PSD, Passos Coelho de ser o responsável pelo acirramento na crise política.

Assim como ocorrido na Grécia, o contexto de crise econômica também teve forte impacto cenário político português. Pressionado pelos resultados ruins dos sucessivos deficits primários abaixo do patamar máximo de 3% do PIB, a TROIKA pressiona o governo português para que se adotasse medidas de austeridade e contingenciamento do crescimento do gasto público, temendo que a situação na Grécia pudesse se reproduzir no país mediterrâneo.

Em maio de 2011, o executivo português ainda liderado por José Sócrates (PS), mesmo após seu pedido de renúncia, solicitou resgate financeiro a TROIKA, que elaborou no mesmo mês um memorando de entendimento de conteúdo mais detalhado com relação a prognósticos da situação econômica do país e metas a serem atingidas por Portugal ao longo dos próximos anos para o cumprimento do acordo de entendimento. Enquanto o primeiro memorando destinado à Grécia apenas estipulava quantias de resgate e prazo de concessão destes valores, no caso português apresenta um diagnóstico mais profundo e um procedimento a ser seguido. Apontando as preocupações com os indicadores macroeconômicos, o memorando evidencia a preocupação com a crescente perda de competitividade do país em relação aos demais da Zona do Euro, e toma como parâmetro para tal afirmação, os sucessivos deficits no saldo da balança comercial apresentados pelo país nos últimos anos. Nesse sentido, destaca que o objetivo do resgate seria uma reforma “equilibrada” e que traria a retomada do crescimento já nos próximos 3 anos subsequentes.

Como contrapartida ao fornecimento de 78 bilhões de euros, o memorando descreve o receituário dividindo as medidas e reformas em eixos principais, sendo eles: (i) redução da dívida pública e do deficit público; (ii) racionalização do setor público; (iii) melhora da competitividade via reformas estruturais; do lado da despesa o memorando sugere um “enxugamento” da máquina pública com o congelamento e redução de salários por um período de até dois anos e um amplo processo de privatizações e aumento de parcerias público-privadas (PPP). Do lado da receita o documento sugere que o caminho deve ser cortar isenções fiscais e aumentar a base da tributação via consumo, elevando as alíquotas de Imposto Sobre o Valor Agregado (IVA). O conjunto destas reformas abrangia os mais diversos setores, englobando até reformas estruturais de legislação para reduzir a insegurança jurídica em setores específicos e tornar o país mais competitivo (Comissão Europeia, 2011).

O texto é marcado fortemente pelo neoliberalismo e entra em diversas vezes em contradição além de o arcabouço de sugestões em si sugerirem uma série de medidas contracionistas a curto e médio prazo, sem explicar como o país inverteria o quadro de contração do Produto Interno Bruto para a retomada do crescimento.

Com a renúncia de José Sócrates, novas eleições foram realizadas em junho. O PSD ganha as eleições obtendo maioria absoluta no parlamento em relação ao PS. Com 132 cadeiras no parlamento, o PSD indica seu líder Passos Coelho para formar o executivo. O resultado obtido foi atribuído ao fato principalmente de que o PSD conseguiu colher ganhos eleitorais diante do desgaste do governo de Sócrates e suas tentativas frustradas de ajuste. Com a decisão da intervenção tomada pela gestão anterior, o partido assume o poder com

objetivo de dar continuidade ao projeto reformista-neoliberal pautado pelo memorando, e a maioria absoluta no parlamento abria caminho para que este objetivo fosse alcançado sem que a oposição pudesse criar maiores dificuldades.

2.3.4 O descontentamento frente as políticas de austeridade e os reflexos eleitorais

As eleições locais de 2013 serviram de termômetro para constatação do descontentamento do eleitorado com relação ao governo de Passos Coelho e suas políticas de austeridade. A coalizão de governo sofreu uma derrota no resultado agregado dos pleitos regionais. Apesar disso, não houve ali naquele momento uma retomada do espaço político pelo PS uma vez que este também não obteve resultado satisfatório nas eleições. O desinteresse da população que se via desacreditada de um modo geral na política como saída da situação de crise fez com que os números de abstenção aumentassem, paralelamente ao sucesso de candidaturas de *outsiders* e postulantes não atrelados ao sistema político convencional. Este resultado sendo fruto da ausência de alternativas dentro do sistema convencional.

Nas eleições para o parlamento europeu o sentido de euroceticismo tomou forma na representatividade. Apesar de relativa vitória do PS este foi o pior resultado da história do partido para este pleito. O partido sente repetidamente o reflexo de ter admitido ainda que parcialmente as condições impostas pela TROIKA e isto fez com que este perdesse sua capacidade de se diferenciar do insucesso da agenda liberal da coalizão de direita. As eleições europeias de 2014 consistiram na materialização do protesto do eleitorado português ao consenso europeu e a política do mainstream. O sucesso do movimento outsider MPT¹⁶, que com discurso populista comparado ao movimento italiano 5 estrelas teve votação recorde conseguindo 3 cadeiras no parlamento europeu. Junto a isso, as diversas cisões do BE e seus dissidentes resultaram num fraco resultado do partido, o que deixou mais explícito ainda o cunho inconsistente deste espectro político.

¹⁶ MPT – Movimento Partido da Terra – Partido nanico de cunho ambientalista que surpreendentemente elegeu 2 eurodeputados nas eleições de 2014, quarto mais votado do pleito daquele ano.

Junto a este rearranjo político português no parlamento europeu vale a pena destacar o papel do LIVRE¹⁷ como aspirante a preencher um lapso representativo capaz de mediar a conciliação entre as esquerdas.

2.3.5 O resultado das eleições de 2015 no rearranjo político português

As eleições de 2015 tiveram papel central na mudança de rumos da organização política de Portugal. Era sabido de que este pleito teria o papel de referendar a implementação das políticas de austeridade de Passos Coelho e, apesar do discurso de “que se lixem as eleições” adotado pelos PSD, era nítida a apreensão por um resultado que mantivesse a coalizão no poder por mais alguns anos. A coalizão “Aliança Portugal” composta por CDS e pelo PSD vinha capitaneada pelo discurso de que não há alternativas à agenda de reformas e sobretudo sintetizava a pressão externa por um rechaço português a uma alternativa alá SYRIZA. A coalizão também sustentava sua vitória num persistente desgaste de seu principal concorrente o PS, que não conseguia ainda como visto nas eleições anteriores concentrar representatividade política que fizesse de fato oposição à agenda liberal.

Historicamente, em Portugal, o partido ou a coalizão que obtêm mais votos no pleito parlamentar indica quem será o primeiro-ministro tecendo uma coalizão, podendo ser esta de minoria ou maioria, dependendo da composição parlamentar do pleito. Em 2014 apesar do desgaste a coalizão governista conseguiu emplacar uma estreita vitória nas eleições parlamentares. O resultado era inferior ao obtido nas eleições passadas, fazendo com que a coalizão perdesse assentos no parlamento.

O que de fato mudou o panorama político nestas eleições foi o crescimento dos partidos de oposição de esquerda. 61,4% do eleitorado votou com a oposição, sendo 20% desta parcela em partidos de esquerda radical, uma vez que o PS falhou no intuito de capitalizar os votos de oposição suficientes para ganhar o pleito. O principal beneficiado deste cenário foi o Bloco de Esquerda, chegando a marca histórica de 20 assentos. O sucesso do partido foi notadamente reconhecido uma vez que o espectro da desilusão e medo da experiência Grega com o SYRIZA e as alternativas radicais à saída da dívida permeavam as aspirações políticas do partido. O que se imaginava era que o eleitorado português ficasse

¹⁷LIVRE – Movimento que nasceu em 2013 se tornando uma legenda na sequência após Rui Tavares, historiador e político português e correligionários redigirem o Manifesto por uma esquerda livre. (Freire, 2017)

ressabiado em atribuir confiança num partido político que pudesse propor o mesmo tipo de alternativa. Porém o bom desempenho de seus candidatos em debates fez com que esta pressão não surtisse resultado, alçando o BE ao posto de terceira maior força política do país nestas eleições.

Vale também ressaltar que apesar de menor, a coalizão radical liderada pelo PCP também obteve êxito no pleito parlamentar deste mesmo ano, mantendo seu patamar histórico no percentual de assentos no parlamento e chegando com sua coalizão ao total de 36 cadeiras. Sendo assim, pela primeira vez na história desde o pleito de 1985 a direita obtém apenas maioria relativa no parlamento.

O PS saiu a priori como o grande perdedor daquelas eleições, uma vez que perdeu assentos no parlamento e em seu destino a eminência de uma “Pasokização”¹⁸, o drástico destino do partido social-democrata grego que foi extirpado eleitoralmente pelos gregos. O fato de que em Portugal a esquerda radical existir de forma concisa e manter historicamente um patamar de relativa estabilidade eleitoral impediu o surgimento mais contundente de um agente uma nova força política como alternativa ao establishment como foi o caso do Podemos¹⁹.

A direita sustentava sua legitimidade de governança no fracasso de seu antagonista principal em capitanear forças para se opor a formação de um novo executivo de direita. Apesar da expressiva “vitória” dos partidos de minoria de esquerda, historicamente a construção de uma coalizão envolvendo estes agentes seria inédua e inviável, dado à rigidez ideológica principalmente dos partidos mais radicais como o PCP. O PSD acreditava assim que ao reivindicar seu direito natural de vencedor das eleições, pudesse apostar em uma ruptura dentro do PS que permitisse sustento a sua coalizão por parte da direita do PS.

Reforçava esta teoria o fato de que as alas mais radicais da esquerda alimentava um ranço histórico perante o PS uma vez que este teria sido “traidor da revolução”, que naquele contexto revolucionário da década de 1970 almejaram implementar em Portugal um regime socialista aos moldes da extinta URSS. Outro ponto de desalinhamento histórico foi ao posicionamento do PCP contra o tratado de união comercial europeu, sustentado pelos

¹⁸PASOKISAÇÃO – Fenômeno eleitoral de desidratação, redução significativa da representatividade no parlamento e do protagonismo dentro do espectro político de esquerda (Van Vossole, 2017).

¹⁹Diferentemente do ocorrido com a esquerda na Espanha e a ascensão do Podemos: Movimento político de esquerda que emergiu a partir do manifesto Mover ficha: convertir la indignación en cambio político. Em Março de 2014 se tornou uma legenda e concorreu às eleições sendo o segundo maior partido do parlamento e impondo uma derrota histórica ao PSOE.

socialistas. Os comunistas também se sustentavam de maneira irredutível à revisão integral do débito português, ante ao cunho reformista e da frustrada tentativa de tecer uma saída admitindo políticas de austeridade impostas pela TROIKA no governo que antecedeu o de Passos Coelho.

Tomado assim pela premissa de que ao longo de quase quatro décadas foi garantido aos partidos vitoriosos nas eleições o direito de formar um governo, mesmo que em minoria, da exclusão histórica dos partidos radicais ao arco de governança e da inviabilidade de formar uma coalizão maioritária incluindo o PS somado à aposta de que o presidente conservador Cavaco Silva dificilmente tomaria posicionamento contrário ao consenso histórico, a coalizão Portugal a Frente!²⁰ decidiu então clamar um governo com os mesmos agentes políticos da legislatura anterior, porém agora com caráter minoritário.

A coalizão de direita tentou nesta manobra se impor sobre os partidos de minoria de esquerda, justificando este artifício pelo posicionamento euroceticista e contrário dos mesmos perante UE e a OTAN. O ato foi visto com desrespeito perante os partidos de esquerda e surgiu de combustível para que o PS pudesse tecer em conjunto com os partidos de minoria um governo de maioria socialista, liderado por Antonio Costa. Algo que historicamente parecia impensável se tornou real uma vez que a saída de um governo de maioria seria a única solução possível para travar a agenda liberal imposta pela TROIKA. Nascia diante deste contexto a Geringonça, durante 27 dias de gestação dentro do mais curto governo da história da democracia portuguesa.

²⁰Portugal à Frente – Coligação eleitoral entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido do Centro Democrático – Partido Popular (CDS-PP) que concorreu às eleições parlamentares em 2015.

2.3.6 Enfim surgiu a Geringonça

“Geringonça” foi eleita a palavra do ano em 2016. Ano em que seu significado deu nome à coalizão. A moção vem do bloco formado pelas bancadas do PCP, BE, PEV e liderado pelo PS sob a figura de Antonio Costa. A coalizão se consolidou no nítido contraponto às reformas liberalizantes da gestão anterior: Elevar o salário-mínimo de 485 € para 600 € em 4 anos, descongelamento dos salários e das pensões no setor público, redução do IVA incidido sobre serviços como restaurantes, além da inversão da agenda de privatizações de empresas estatais, principalmente nos transportes, correios e outros serviços públicos. O combate a precarização das leis trabalhistas também foi pauta reivindicatória para a consolidação da coalizão.

Dado esta maioria diante do plenário, o governo de Antonio Costa consegue se apresentar como uma solução a democracia na Europa. Segundo (Van Vossolle, 2017) existem pontos a serem ressaltados como superações desta gestão. O pleito trouxe de volta 18% de um eleitorado marginalizado até outrora de composição de um executivo de governo. A composição com os partidos radicais de esquerda deu um respiro institucional ao sistema representativo político português, que caminhava para sua completa falência. Finalmente também o principal partido da esquerda portuguesa se dispunha a fazer aquilo que seu eleitorado sugeriria, levando o PS de volta à esquerda, quebrando o consenso político de “não há alternativas” e clarificando também o posicionamento da oposição de direita em seu espectro político oposto. As últimas experiências do PS no poder tinham confundido o eleitorado português justamente nesse ponto.

A experiência da coalizão a esquerda como contraponto ao receituário da TROIKA adotado pela Geringonça consiste também em dar a outros países da união europeia esperança de uma saída possível a uma agenda de austeridade tão dura, sem apresentar os traumas de uma ruptura mais drástica como foi feito na Grécia anteriormente.

Se por um lado pode-se apontar externalidades positivas com relação a sustentação deste governo de maioria pelo PS, não se pode dizer o mesmo perante aos partidos de minoria. O resultado eleitoral expressivo no último pleito se deu majoritariamente pelo sentimento anti-establishment que as plataformas políticas destes partidos representavam e agora compondo com o governo do PS será um desafio contornar este inevitável desapontamento do eleitorado mais radical diante de uma agenda reformista. Mesmo diante da

aprovação geral do eleitorado português, o reflexo dessa tomada de decisão pragmática por parte dos partidos radicais também será essencial para sustentação do governo de maioria nas próximas legislaturas.

2.3.7 Os anos da Geringonça no Governo

O pacto de confiança estabelecido entre o Partido Socialista e os demais partidos de esquerda em Portugal não se traduziu em nenhuma concessão de pasta ou ministério a estes partidos no governo de António Costa. O comportamento observado explica-se por diversos aspectos, alguns inclusive já levantados neste estudo como o fato de que todos eles, BE, PCP com exceção do PEV nunca tinham composto nenhum executivo desde a redemocratização. A predominância deste comportamento “periférico” tornou o desafio de compor com uma coalizão e liderar o executivo, mesmo que em algumas pastas, fosse tarefa desconfortável para estes partidos políticos.

Além disso, a abstenção de composição com o governo não pode ser considerada surpresa, pois é convergente com o discurso de que o trato foi feito para se livrar de uma agenda neoliberal que poderia produzir estragos muito maiores na economia e nos direitos dos portugueses. Chancelar um governo do PS foi a opção pelo mal menor, o “voto útil” parlamentar para evitar algo que poderia ser ainda pior.

O acordo satisfaz ambas as partes pois pelo lado do PS, deu mais autonomia para a composição das pastas. Pelo lado das minorias, a não adesão a nenhuma pasta do executivo evita que as minorias possam ser responsabilizadas diretamente por erros do PS, ou mesmo rechaça a hipótese de que a Geringonça não tenha passado de uma grande negociata a troco de cargos. Apesar das origens históricas mais ligadas à esquerda e a defesa de direitos sociais, é preciso lembrar que foi num governo socialista²¹ que se iniciou o processo de arrocho neoliberal e só foi interrompido depois de insistentes tentativas frustradas de levar este processo adiante sem necessitar de uma intervenção direta da TROIKA.

A agenda positiva de reversão a cartilha do Mecanismo de Estabilidade foi pautada como condição crucial para garantir o apoio necessário da minoria de esquerda, e não uma tendência endógena, movida por uma reflexão sobre o que de fato se conseguiu com a implementação de políticas austeras no passado que pudesse ter redirecionamento as

²¹No contexto português, governo “socialista” refere-se a gestões do Executivo lideradas pelo PS, mas que não necessariamente detêm uma correlação direta com o significado ideológico da palavra.

prioridades do partido na prática política. Em síntese, o Partido Socialista tem seus méritos por ter buscado uma alternativa a simplesmente aceitar mais um governo neoliberal reformista do PSD. No entanto, é evidente também que se o partido aplicou uma agenda anti-austeridade foi muito mais movido pela imposição desta condição pelos partidos da minoria, do que por vontade própria. Não há como garantir que, se os socialistas tivessem obtido maioria relativa no pleito de 2015 para liderar um governo sem necessidade de negociar com as minorias de esquerda, as políticas seriam as que foram adotadas ou se seriam uma versão “socialista” do reformismo neoliberal da TROIKA.

Por último, é preciso discutir a hipótese segundo a qual a composição de um governo com os socialistas para os partidos de minoria seria um suicídio do ponto de vista eleitoral. A contaminação do establishment não seria digerida de forma positiva por partidos onde suas sustentações de representatividade social se deram baseadas no descontentamento com o *modus operandi* convencional da política praticada pelos partidos político e pelo anseio de renovação. Apesar da terem obtido êxito em frear relativamente o aprofundamento da agenda de austeridade, os partidos foram pragmáticos ao constatar que avançar mais ainda em um caminho de ruptura além de não ser um desejo do PS, também não seria viável levando em conta todas as limitações. Não haveria nem vontade, nem muito menos força política para um governo de confronto mais radical.

Não existira um termo mais cabível para descrever esta “coalizão” que deu origem ao XXI governo português. Além de inimaginável antes do ocorrido, os partidos de esquerda radical não compuseram nenhum ministério, e a garantia de apoio ao governo se restringiu-se apenas as pautas anti-austeridade acordadas antes do acordo se concretizar. Qualquer “vacilo” por parte do PS ante ao cumprimento destas condições poderia abrir terreno para que estes mesmos partidos de esquerda articulem com o PSD e o CDS-PP um boicote as pautas do governo.

As eleições autárquicas de 2017²² mostraram que o Partido Socialista foi quem mais se beneficiou com a Geringonça. O partido saiu como maior vencedor do pleito, obtendo quase 38% das cadeiras de vereadores das autarquias, 43% a mais que o PSD segundo colocado no pleito deste ano e quase 2% a mais do que o montante de votos obtido em 2013. É um resultado recorde para desempenho de um partido neste pleito garantindo ao PS mais da metade dos Presidentes de Câmaras, algo que pode ser considerado um passo importante para

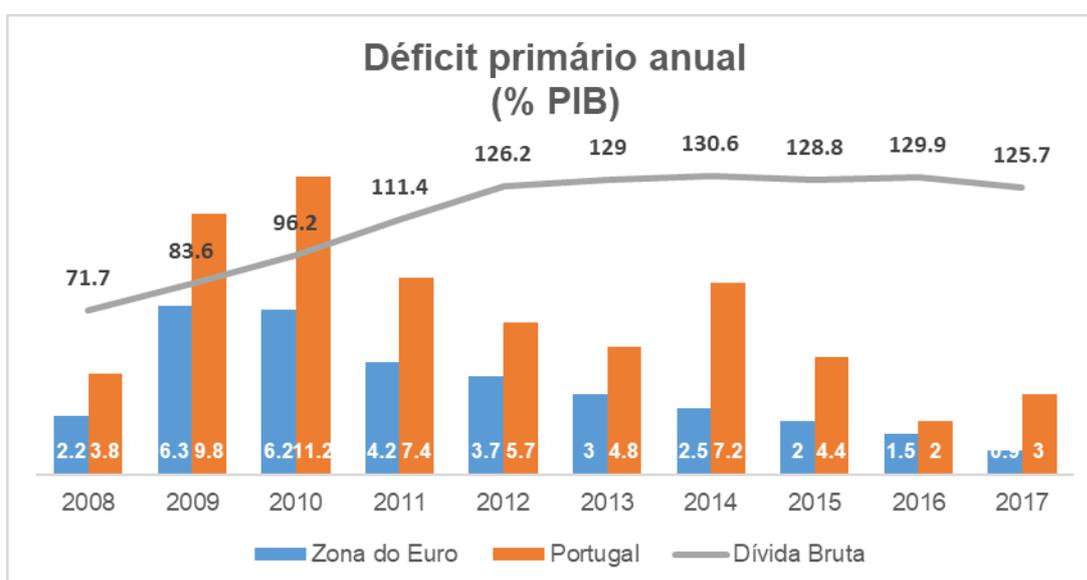
²²Similares às eleições municipais no Brasil. Nela os eleitores elegem os vereadores que indicam o presidente da autarquia, que analogamente pode ser considerado o “prefeito” da região eleito pelo voto indireto.

seu plano conquistar maioria relativa e governar de forma mais independente perante a Geringonça. O PCP disputou o pleito em coalizão com o PEV – Partido Ecologista Os Verdes nas eleições autárquicas e obteve um resultado pior em relação ao pleito de 2013, onde foi de 11% para 9% dos votos. O Bloco de Esquerda conquistou 4 cadeiras e ampliou seu percentual no montante de votos totais, indo de 8 em 2013 para 12 em 2017. (Ministério de Administração Interna, 2018)

Em contraponto a isto, a soma dos percentuais de votos de partidos de direita como PSD, CDS-PP e Nós Cidadãos ficou em torno dos 36%, resultado que apesar de pulverizado, deve ser levado em conta pelo número significativo. O Partido Socialista pode considerar-se exitoso pelo resultado nas últimas eleições principalmente pelo fato de o resultado não ter apontado nenhuma inflexão na distribuição das cadeiras das câmaras municipais. O não crescimento de partidos oposicionistas é um ponto para servir de termômetro de aceitação da condução das políticas em âmbito federal.

Outro ponto que deve ser comemorado pelos socialistas é que ao longo destes anos, o trato com a TROIKA - apesar do entendimento de que foi necessário rever alguns pontos do projeto de reformas neoliberais acordadas anos atrás –, o Partido Socialista manteve pontos importantes das reformas sugeridas pela TROIKA, como a redução das deduções dos gastos com saúde do imposto de renda, o aumento do IVA aumentando a tributação do consumo, a reavaliação do valor venal dos imóveis e a consequente elevação da receita com impostos referente a estas propriedades. (O Público, 2017)

Figura 6 - Evolução do deficit primário português e dívida bruta. Percentual anual.



Elaboração própria. Fonte: (COMISSÃO EUROPEIA, 2017)

Em suma, para agradar as predileções da TROIKA , o governo optou por dar prioridade as reformas do memorando que se diziam respeito ao aumento da arrecadação, fazendo assim com que o impacto das medidas acordadas com a geringonça tivessem impacto amortizado no resultado primário dos gastos, fazendo com que o governo ganhasse argumentos no discurso de comprometimento com as metas de redução do endividamento público, aliviando pressões sob as tomadas de decisão do partido.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das experiências do SYRIZA na Grécia e da Geringonça em Portugal estão diretamente relacionados a uma certa resposta que ambos em um determinado momento se colocaram como alternativa ao avanço de políticas de austeridade e do intervencionismo neoliberal liderado pela TROIKA. As semelhanças entre os casos se encerra no ponto acima. Não é possível considerar os dois acontecimentos como iguais na grande maioria dos aspectos.

Primeiramente, é imprescindível observar a importância do arcabouço burocrático do sistema político representativo que primeira experiência do governo de esquerda radical teve na Grécia. A regra que contempla 30 cadeiras adicionais ao partido vencedor do pleito permitiu que o SYRIZA pudesse almejar um governo de maioria, e sem essas condicionantes, isto raramente viria a ocorrer fora daquele país.

A inexperiência no jogo diplomático e a desconfiança da TROIKA frente a um partido que ascendeu com um discurso extremamente radical dificultaram os horizontes de uma saída alternativa negociada. Além disso, o SYRIZA assumiu o poder e se deparou com os reais custos políticos de prosseguir com o discurso de ruptura. Outro fator agravante que caso a TROIKA cedesse em relação à Grécia, poderia significar o aval para um posicionamento radical por parte de outros países do Sul da Europa em situação similar, como Portugal, Itália e Espanha.

O que resultou destes últimos anos de governo é que o partido sem ter margem de negociação se viu obrigado a seguir a agenda neoliberal imposta pelo memorando, fazendo com que o SYRIZA perdesse seu apoio perante a opinião pública e gerando a sensação de frustração e desesperança na população grega. Dificilmente o partido conseguirá reverter o quadro de descontentamento antes de novas eleições parlamentares. O insucesso na experiência grega deixa como saldo um alerta aos movimentos políticos que viram na sua chegada ao poder em 2015 fonte de inspiração. O isolamento político no confronto às intervenções da TROIKA por parte da diplomacia internacional também contribuiu para que o SYRIZA não conseguisse atingir seus objetivos. Seria realmente um feito extraordinário de que a Grécia sozinha conseguisse vencer uma batalha contra as o interesse das maiores e mais poderosas economias da Europa sozinha.

Já a Geringonça surgiu posteriormente à chegada do SYRIZA ao poder e permitiu com

que o Partido Socialista liderasse o executivo português, impondo uma derrota ao líder da direita Passos Coelho. Alguns aspectos devem ser observados para explicar os motivos de poder se considerar que a experiência portuguesa foi mais exitosa quando compara ao caso grego.

O Partido Socialista soube usufruir de uma grande impopularidade em torno da liderança de Passos Coelho. Apesar de o pedido de resgate a TROIKA ter dado início antes da chegada do líder do PSD ao poder, os anos do executivo liderados por ele foram de extremo aprofundamento da doutrina neoliberal e o resultado disso foi a capitalização do descontentamento da opinião pública a este governo. O crescimento da presença dos partidos de esquerda no parlamento também foram fator determinante.

O tempo da decorrência dos acontecimentos também contribuiu para que uma alternativa a mais quatro anos de referendo às políticas de austeridade também contribuiu para o surgimento da Geringonça. Se nada fosse feito, o cenário que se teria era um governo de direita, com minoria relativa e sérias dificuldades em aprovar as reformas que seriam impostas pelo memorando, podendo levar a política do país em condição de inércia, e o aprofundamento da instabilidade política só viria aprofundar a crise econômica, piorando ainda mais a situação do país.

O acordo firmado entre o líder do Partido Socialista Antonio Costa junto aos partidos de esquerda, foi pautado em uma agenda específica, com pontos claros acordados perante o que seria de fato apoiado pelos partidos de minoria. Os partidos de minoria de esquerda em momento algum se dispuseram a compor uma coalizão de fato com o PS, e portanto não assumiram o controle de nenhum ministério durante o governo de Antonio Costa. Este ponto permitiu que o apoio ao PS frente ao memorando da TROIKA às políticas de austeridade não resultasse em contradição de discurso frente as bases de sustentação política destes partidos, o que difere a Geringonça do observado pelo SYRIZA na Grécia, que cedeu o ministério da defesa para um partido de direita em troca de apoio parlamentar.

A liderança do Partido Socialista com a Geringonça mostrou que, apesar de oposicionista durante os anos do governo do PSD, obteve êxitos por não ter adotado um discurso mais brusco de ruptura como foi empregado pelo SYRIZA na Grécia, o que contribuiu para que as negociações com a TROIKA fossem conduzidas de maneira muito menos turbulenta do que o observado no país helênico. A experiência em governos passados, somado ao crescente medo de perder seu protagonismo no espectro da esquerda como

ocorrido com o PASOK na Grécia neste caso foi determinante para que o PS buscasse a todo custo, o caminho do meio entre os anseios da TROIKA e o acordo firmado com a trinca PCP-BE-PEV.

O acordo firmado com os partidos de minoria de esquerda também foi benéfico ao governo de Antonio Costa no sentido de que rompeu a barreira entre o discurso e o método. Uma vez que o acordo possuía um escopo programático, permitiu que de fato se soubesse quais eram as medidas antiausteridade que seriam implementadas pelo governo do PS, dando previsibilidade a tomada de decisão. O SYRIZA, por não possuir este “contrato” gerava incerteza de quais ações seriam tomadas ou não frente ao cumprimento das metas do memorando.

Um ponto tocante também que pode-se atribuir ao êxito maior da experiência da Geringonça é que, a experiência observada de governos passados também permitiu com que o Partido Socialista não tentasse mexer com algo extremamente sensível no escopo das políticas de austeridade: As pensões e o rendimento dos salários. O governo de Passos Coelho admitiu uma postura de “danem-se as eleições” e não mensurou o desgaste em aumentar abruptamente os encargos que comprimiam os rendimentos das pensões. Quando Antonio Costa assume o compromisso de descongelar os salários do funcionalismo público e garantir aumento real no salário-mínimo ao longo dos anos, de cara evita este desgaste perante a opinião pública em geral. O PS se viu assim obrigado a dar prosseguimento a agenda neoliberal do memorando no aspecto que lhe restara: o ajuste pelo lado da receita.

O aumento na tributação na base do consumo permitiu que o governo cumprisse as metas de contingenciar o crescimento do déficit fiscal, trazendo os resultados novamente para o patamar de 3% do PIB, em cumprimento ao tratado de Maastricht. Analisando os aspectos macroeconômicos do ajuste, as medidas foram assertivas pois resultaram numa combinação de reaquecimento da demanda de consumo interna com o descongelamento dos salários e o aumento do salário mínimo e a elevação da base de arrecadação proveniente do aumento do IVA nos bens de consumo.

O Partido Socialista colheu nas últimas eleições regionais os frutos de suas políticas bem sucedidas. Com isso a tendência é de que nas eleições parlamentares do ano que vem o partido consiga um crescimento em seu percentual de votos que lhe garanta uma maior independência perante a composição formada na Geringonça. A Geringonça em Portugal e sua experiência de sucesso desmistifica o discurso hegemônico do mercado financeiro de que

apenas o cumprimento fiel e irrestrito do receituário amargo da austeridade é capaz por si só de reverter o cenário de endividamento e crise dos países nestas condições. Mais países almejam entrar para união europeia e a zona do euro, e dada a dinâmica de sucessão das crises do sistema capitalista, logo a história se repetirá em outros países. Na próxima vez em que o Mecanismo de Estabilidade Monetário for acionado, sem dúvidas estas duas experiências serão lembradas. Caberá à Geringonça o papel do contraponto.

4 REFERÊNCIAS

ANDREU, R. Políticas de izquierda tras de la rendición de SYRIZA. **Revista de Economía Crítica**, nº20, segundo semestre 2015. 232.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Sistema Eleitoral. **www.parlamento.pt**, 14 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/SistemaEleitoral.aspx>>.

BLOCO DE ESQUERDA. Da antiglobalização ao governo de esquerda. **www.esquerda.net**, 19 Maio 2012. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/dossier/da-antiglobaliza%C3%A7%C3%A3o-ao-governo-de-esquerda/23219>>.

BLYTH, M. **THE HISTORY OF A DANGEROUS IDEA**. NEW YORK: Oxford University Press, 2013.

CARVALHO, L.; RUGITSKY, F. Growth and distribution in. **Working Paper Series 1-25**, March 2005. 1-23.

CARVALHO, L.; SCHODER, C.; NIKIFOROS, M. Foreign and Public Deficits in Greece: In Search of Causality. **Working Paper No. 771**, August 2013. 1-30.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (US). The Word Factbook. **www.cia.gov/library**, 2017. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print_gr.html>.

COMISSÃO DE CONVERGÊNCIA (COM). **Report by the Commission on the Convergence Report 2000 (Brussels, 3 May 2000)**. Bruxelas, p. 3. 2000.

COMISSÃO EUROPEIA. **The economic adjustment programme for Greece**. Bruxelas. 2010.

COMISSÃO EUROPEIA. **MEMORANDO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS**. Bruxelas. 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. Eurostat - Your Key to European Statistics. **ec.europa.eu/eurostat**, 2017. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database?p_p_id=NavTreeportletprod_WAR_NavTreeportletprod_INSTANCE_nPqeVbPXRmWQ&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal>

&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2>.

Acesso em: 15 junho 2018.

EKATHIMERINI.COM. Poll puts conservatives ahead of ruling SYRIZA by 9.5 points.

ekathimerini.com, 17 Maio 2018. Disponível em:

<<http://www.ekathimerini.com/228765/article/ekathimerini/news/poll-puts-conservatives-ahead-of-ruling-syriza-by-95-points>>.

ELEFTHEROTYPIA. Congelamento de salários e cortes de permissão anunciados

pelo governo. **Eleftherotypia.gr**, 9 Fevereiro 2010. Disponível em:

<<http://www.enet.gr/?i=news.el.article&id=130472>>.

ESPAÇO DE DIÁLOGO PARA A UNIDADE E AÇÃO COMUM DA ESQUERDA.

Conferência de imprensa dos representantes da "Área de Diálogo e Ação Conjunta

de Esquerda". **www.syn.gr**, 15 Maio 2001. Disponível em:

<<http://www.syn.gr/gr/keimeno.php?id=2664>>.

EUROPEN COMMISSION. The history of the euro. **ec.europa.eu/info**, 11 junho 2018.

Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/about-european-commission/euro/history-euro/history-euro_en>.

FREIRE, A. **Para lá da «Geringonça»: O Governo de Esquerdas em Portugal e na Europa**. Lisboa: Contraponto - Bertrand, 2017.

GIBSON, D.; HALL, G. S.; TAVLAS, G. S. The Greek financial crisis: Growing imbalances and. **Journal of International Money**, 2012. 516.

GONTIJO, C. RAÍZES DA CRISE FINANCEIRA DOS DERIVATIVOS SUBPRIME.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO - UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2008. 38.

HUDELSON, R. **Filosofia Política Moderna**. [S.l.]: [s.n.], 1999.

KARAMOUZI, E. **Greece, the EEC and the Cold War 1974-1979: The Second Enlargement**. New York NY : Palgrave McMillan, 2014.

KOUVELAKIS, S. Syriza's Rise and Fall. In: KOUVELAKIS, S. **THE NEW LEFT REVIEW**. Londres: Kings College London, 2016. p. (97) 45-70.

MENDONÇA, A. A integração monetária na Europa: da União Europeia de Pagamentos ao euro. Lisboa: Celta Editora, 2004.

MILL, J. S. **On Liberty**. Londres: The bobs Merrill, 1859.

MING, W. Un #Grillo qualunque – WM2 entrevista Giuliano Santoro | #M5S. **wumingfoundation.com**, 08 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.wumingfoundation.com/giap/2012/11/un-grillo-qualunque-wm2-intervista-giuliano-santoro/>>.

MINISTERIO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Resultados das Eleições dos Escrutínios Provisórios. **www.eleicoes.mai.pt**, 15 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/index.html>>.

OREIRO, J. L. Origem, causas e impacto da crise (Valor Econômico, 13/09/2011). **jlcoreiro.wordpress.com**, 2011. Disponível em: <<https://jlcoreiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>>. Acesso em: 21 junho 2018.

PARLAMENTO HELÊNICO. MP - Per Parliamentary Group. **www.hellenicparliament.gr**, 06 julho 2018. Disponível em: <<https://www.hellenicparliament.gr/en/Vouleftes/Ana-Koinovouleftiki-Omada/>>.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA - PORTUGAL. História - Primeiros ministros do PSD. **www.psd.pt**, 06 jun. 2018. Disponível em: <http://www.psd.pt/primeiros_ministros.php>.

RIBEIRO, F. Passado um ano de Syriza, a turbulência regressa às ruas gregas. **público.pt**, 04 Fevereiro 2016. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2016/02/04/mundo/noticia/passado-um-ano-de-syriza-a-turbulencia-regressa-as-ruas-gregas-1722305>>.

ROSANVALLON, P. **O liberalismo econômico**: história da idéia de mercado. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado, 2002.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. Londres: William Strahan & Thomas Caldwell, 1776.

STUCKLER, D.; BASU, S. **The Body Economics - Why Austerity kills**. London: Penguin Group - London, 2013.

SYRIZA. Who We Are? **syriza.gr**, 11 junho 2018. Disponível em: <<https://www.syriza.gr/page/who-we-are.html>>.

THE PRIME MINISTER. Ex-Primeiros Ministros. **primeminister.gr**, 2018. Disponível em: <<https://primeminister.gr/primeminister/history>>. Acesso em: junho out. 2018.

VAN VOSSOLE, J. **Geringonça and the role of the Portuguese elections in taming the democratic crisis**. 67th Conferência Anual Internacional. Glasgow: Associação de Estudos Políticos. 2017. p. 29.